

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Senado	PLS 511/2017	Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	19.12.2017	EM TRAMITAÇÃO	Paulo Paim	CAE	02.04.2019	CAE	Em reunião realizada em 02/04/2019, a matéria foi retirada de pauta, para reexame.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7351695	Deliberação pelo Plenário	Valorização da Categoria	30 Horas
Câmara	PL 2079/2019	Dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia. Dados Complementares: Altera a Lei nº 5.766, de 1971.	Mauro Nazif	04.04.2019	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Dr. Luiz Ovando	CSSF	21.11.2019	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 07/11/2019 a 21/11/2019). Não foram apresentadas emendas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1728685&filename=PL+2079/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Valorização da Categoria	Piso Salarial
Câmara	PL 1015/2015	Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.	Dr. Jorge Silva, Sergio Vidigal	31.03.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Sidney Leite	CFT	11.05.2022	CFT	Designado Relator, Dep. Eriio Verri (PT-PR)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1316315&filename=PL+1015/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Valorização da Categoria	Piso Salarial
Câmara	PL 1858/1991	Modifica a redação do art. 22 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que "altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas".	Sigmaringa Seixas	17.09.1991	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Magela	CCJC	06.11.2003	PLEN	Discussão em turno único Retirado de pauta por Acordo dos Srs. Líderes	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=18168&filename=PL+1858/1991	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Valorização da Categoria	Piso Salarial
Câmara	PL 1220/2007	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Jovair Arantes	31.05.2007	APENSADO AO PL 7419/2006	Darcísio Perondi	CSSF	24.05.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2751/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=465726&filename=PL+1220/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Valorização da Categoria	Exercício Profissional, Piso Salarial, isonomia, Planos de Saúde, Saúde Suplementar
Senado	PL 1612/2019	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá ocorrer na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.	Styvenson Valentim	20.03.2019	EM TRAMITAÇÃO	Fabiano Contarato	CCJ	09.02.2020	CCJ	Recebido, às 11h10min, relatório do Senador Fabiano Contarato com voto pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta Matéria pronta para Pauta na Comissão.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7929517	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Trânsito	Código de Trânsito Brasileiro-CTB Avaliação Médico-Psicológico
Câmara	PL 8085/2014	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.	Ana Amélia	12.11.2014	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Sérgio Brito	PL808514	08.12.2021	MESA	Indeferido o Requerimento n. 2.429/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, com fundamento no caput do art. 142 do Regimento Interno da Câmara. Oficie-se. Publique-se."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1285897&filename=PL+8085/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Trânsito	Código de Trânsito Brasileiro (CBT) Avaliação Psicológica
Câmara	PL 149/1999	Restringe exames obrigatórios na renovação da CNH.	Enio Bacci	03.03.1999	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			27.08.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4526/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1787534&filename=PL+149/1999	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Trânsito	Código de Trânsito Brasileiro (CBT) Condutores de transporte coletivo
Senado	PL S 98/2015	Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	Davi Alcolumbre	10.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Fabiano Contarato	CCJ	13.05.2020	CCJ	Recebido, às 10h, o relatório do Senador Fabiano Contarato, com voto pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta Matéria pronta para a Pauta na Comissão	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4756851	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Trânsito	Trânsito Código Brasileiro de Trânsito Avaliação Psicológica
Senado	PL 5189/2019	Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito.	Fabiano Contarato	24.09.2019	TRAMITAÇÃO ENCERRADA	Zequinha Marinho	CE	18.05.2022	SEXPE	À COARQ.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8015876	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Trânsito	Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito
Câmara	PDL 135/2020	Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	Marcel Van Hattem, Tiago Mitraud, Vinicius Poit, Paulo Ganime, Lucas Gonzalez, Gilson Marques, Alexis Fonteyne	01.04.2020				27.04.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 28/04/21 PÁG 679	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1287594&filename=PDL+135/2020		Sistemas de Justiça	Sistema Penal, Pandemia e Socioeducativo
Câmara	PDL 145/2020	Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	Chris Toniello	09.04.2020	AGUARDANDO DESPACHO DO PRESIDENTE DA Câmara			09.04.2020	PLEN	Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Ato Normativos do Poder Executivo n. 145/2020, pela Deputada Chris Toniello (PSL-RJ), que: "Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1879719&filename=PDL+145/2020		Sistemas de Justiça	Sistema Penal, Pandemia e Socioeducativo.
Câmara	PL 4655/2009	É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1964, com o conceito de sobrepena e suas consequências. Dados Complementares: Caracteriza como sobrepena as situações degradantes, tais como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando em redução da pena.	Glauber Braga	12.02.2009	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Pedro Lupion	CCJC	29.08.2022	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CCJC, pelo Deputado Pedro Lupion (PP/PR).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=632789&filename=PL+4655/2009	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP), Sistema Prisional, Tortura, assistência Médica e Psicológica
Câmara	PL 2213/2021	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1964 - Lei de Execução Penal, para estabelecer como condição necessária para a progressão ao regime aberto e da concessão do benefício da saída temporária a aplicação do exame criminológico.	Alex Manente	16.06.2021	APENSADO AO PL 6579/2013			03.08.2022	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação em plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 583, de 2011, adotado pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, apensado ao PL 6.579, de 2013, principal (Sessão Deliberativa Extraordinária de 3/8/2022 - 10h - 121ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2029361&filename=PL+2213/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal Exame Criminológico
Câmara	PL 1331/2020	Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil.	Sanderson, Dr. Jaziel, Carla Zambelli, Márcio Labre, Bia Kicis	31.03.2020	APENSADO AO PL 978/2020			15.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3424/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1872036&filename=PL+1331/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP), Pandemia

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 3740/2021	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a assistência psicológica nos estabelecimentos penais.	Delegado Pablo	26.10.2021	APENSADO AO PL 6275/2019			14.12.2021	CSPCCO	Recebimento pela CSPCCO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2094879&filename=PL+3740/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal, Exercicio Profissional, Assistência psicológica
Câmara	PL 629/2015	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.	Vitor Valim	06.03.2015	AGUARDANDO AUTOGRAFOS	Patrus Ananias	CCJC	08.05.2018	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 68/2018/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1307091&filename=PL+629/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Sistema de Justiça	Cadastro Nacional de Pedófilos, Segurança Pública
Câmara	PL 5075/2001	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Poder Executivo	13.08.2001	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Ibrahim Abi-Ackel	CCJC	10.02.2005	CCP	Projeto pronto para a pauta tendo em vista pareceres enquanto apensado, da CCOVN, pela rejeição; e da CCJC, pela constitucionalidade, jurisdição e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=73368&filename=PL+5075/2001	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP) Estabelecimento Penal, Saúde Mental
Câmara	PL 713/2019	Altera o art. 61, do Código Penal para considerar agravante o cometimento do crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, gênero e/ou deficiência.	Marília Arraes	13.02.2019	APENSADO AO PL 5406/2020 (Nº ANTERIOR: PLS 787/2015)	Pastor Eurico	CCJC	12.04.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5406/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712117&filename=PL+713/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal, Direitos Humanos,
Câmara	PL 3485/2021	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, revogando o inciso V do art. 111 e incluindo o art. 119-A, com a finalidade de tornar imprescritíveis os crimes previstos no art. 217-A do código penal brasileiro.	Virícius Gurgel	07.10.2021	APENSADO AO PL 4667/2019			24.11.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 25/11/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2087126&filename=PL+3485/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal, Direitos Humanos, imprescritibilidade, crime, estupro de vulnerável.
Câmara	PL 7764/2014	Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.	Ana Rita	02.07.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	José Medeiros	CCJC	27.04.2022	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. José Medeiros, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1263634&filename=PL+7764/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal
Câmara	PL 8045/2010	Código de Processo Penal.	José Sarney	22.12.2010	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA	João Campos		26.08.2022	MESA	Deferido o Requerimento n. 1.162/2022, conforme despacho do seguinte teor: "Deiro o Requerimento n. 1.162/2022, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Desapense-se, pois, o Projeto de Lei n. 3/2019 do Projeto de Lei n. 8.045/2010. Em seguida, apense-se o Projeto de Lei n. 733/2022 ao Projeto de Lei n. 3/2019. Assim, revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 3/2019, para submetê-lo ao regime de prioridade, à apreciação do Plenário e à análise das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do RICD). Outrossim, determino o encaminhamento do bloco resultante da apensação à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo em vista já haver parecer aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 3/2019: CSPCCO e CCJC (mérito e art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Prioridade (art. 151, II, do RICD)]."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1638152&filename=PL+8045/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal
Câmara	PL 5065/2016	Altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.	Delegado Edson Moreira	26.04.2016	APENSADO AO PL 149/2003	Hugo Leal	CSPCCO	18.05.2021	MESA	Retirado o PL 5389/2020, em face do deferimento do Requerimento n. 885/2021, nos termos do artigo 104, caput, c/c o art. 114, VII, do RICD Apense-se a este(a) o(a) PL-1347/2021.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=nodeoskg26vbyx5q1uowdaxm111436742514.node02?codteor=1638152&filename=PL+8045/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Movimento social Típica atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal.
Câmara	PL 1184/2003	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	Lucio Alcantara	03.06.2003	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Diego Garcia	CCJC	10.11.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3461/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=137589&filename=PL+1184/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Terrorismo, Movimento Social, Ideologia Política, Social e Criminal
Câmara	PL 9858/2018	Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais.	Rogério Marinho	22.03.2018	APENSADO AO PL 9604/2018			14.04.2021	CSPCCO	Recebimento pela CSPCCO, apensado ao PL-9604/2018	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1646561&filename=PL+9858/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Atividade terrorista de movimentos sociais, sindicais e categoria profissional
Câmara	PL 2053/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.	Hugo Leal	17.08.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Alexandre Leite	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Alexandre Leite, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=909712&filename=PL+2053/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP) Pena de recolhimento domiciliar
Câmara	PL 4827/1998	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Zulaie Cobra	10.11.1998	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	CCJC	04.07.2013	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PAG 28667.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=142119&filename=PL+4827/1998	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Reforma do Processo Civil, conciliação, Institucionaliza e disciplina a mediação, Método de prevenção e
Câmara	PL 2773/2000	Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.	Alceste Almeida	04.04.2000	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Marcelo Ortiz	CCJC	29.05.2014	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 10341/2014, pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.773, de 2000, que altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia"	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=17979&filename=PL+2773/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal Crime de Pederastia Praticar ou permitir ato libidinoso, homossexual ou não em lugar sujeito à administração militar, homossexualismo, penalidade, crime

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 6871/2006	Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.	Laura Carneiro	05.04.2006	APENSADO AO PL 2773/2000			18.04.2006	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 19/04/06 PÁG 19519 COL 01.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=385890&filename=PL+6871/2006	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal Militar Crime de Pederastia Excluir o termo "Pederastia"
Câmara	PL 7430/2017	Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).	Aureo	18.04.2017	APENSADO AO PL 7047/2017			29.10.2019	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei 8.833, de 2017, adotada pela Relatoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Sessão Deliberativa Extraordinária de 29/10/2019 – 20h03 – 342ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=154644&filename=PL+7430/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal Crime contra a vida, Suicídio, Baleia Azul
Câmara	PL 7582/2014	Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para cobri-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Maria do Rosário	20.05.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Delegado Eder Mauro	CSPCCO	14.10.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado Publicado no DCD de 15/10/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1254961&filename=PL+7582/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Crime de ódio, Penalidade
Câmara	PL 3391/2012	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Carlos Bezerra	08.03.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Valtenir Pereira	CCJC	21.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-374/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=968693&filename=PL+3391/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP) Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária (CNPCCP)
Câmara	PL 5317/2013	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o crime de tráfico interno e internacional de pessoas.	Giroto	04.04.2013	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Fábio Trad	CCJC	02.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4127/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=107278&filename=PL+5317/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Políticas para as Mulheres, Crianças, Lei dos Crimes Hediondos, tipicidade, exploração sexual, Crime de tráfico interno e internacional de pessoas
Câmara	PL 2149/2020	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), proibindo a concessão de prisão domiciliar ou qualquer outra medida alternativa ao preso acusado ou condenado por crime hediondo ou membro de facção ou de organização criminosa, em decorrência de surto, epidemia, pandemia, endemia ou situação assemelhada.	Paulo Eduardo Martins	23.04.2020	APENSADO AO PL 9896/2018			10.02.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1895640&filename=PL+2149/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP) Proibindo a concessão de prisão domiciliar ao preso acusado ou condenado por crime hediondo
Câmara	PL 3611/2020	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação de Dependentes de Substâncias Químicas no Sistema Prisional.	Sóstenes Cavalcante	02.07.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pastor Sargento Isidório	CSSF	16.09.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 02/09/2021 a 16/09/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=190967&filename=PL+3611/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Sistema de Justiça	Política Nacional de Recuperação de Dependentes de Substâncias Químicas no Sistema Prisional.
Senado	PLS 179/2018	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.	Eimano Férrer	16.04.2018	EM TRAMITAÇÃO	Ciro Nogueira	CCJ	09.08.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Ciro Nogueira, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sfleg-getter/documento?dm=7718715	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal Código Penal Coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso
Senado	PLS 89/2015	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	Humberto Costa	04.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Alessandro Vieira	CCJ	26.06.2019	CCJ	Devolvido pelo Senador Alessandro Vieira, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sfleg-getter/documento?dm=4324164	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Sistema de Justiça	Lei de proteção a vítimas e testemunhas
Senado	PLS 73/2015	Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.	Romário	03.03.2015	Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.	Rodrigo Pacheco	CCJ	18.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sfleg-getter/documento?dm=3616638	Deliberação pelo Plenário	Sistema de Justiça	Código Penal Estupro
Câmara	PL 7791/2010	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.	Demóstenes Torres	01.09.2010	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			21.05.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4725/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=806655&filename=PL+7791/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal Assistência educacional devida aos presos
Câmara	PL 3503/2004	Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav), além de outras providências.	José Sarney	10.05.2004	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA; PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Luiz Couto	CCJC	16.12.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-6175/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=216684&filename=PL+3503/2004	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Código Civil Criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav)
Câmara	PL 3473/2000	Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.	Poder Executivo	18.08.2000	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Ibrahim Abi-Ackel	CCJC	14.02.2014	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-7123/2014.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=23940&filename=PL+3473/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP) Código Penal Saúde Mental
Senado	PDL 185/2020	Susta parcialmente os efeitos da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 17 de março de 2020, com relação aos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, que enunciam recomendações ao Poder Judiciário acerca de medidas	Alessandro Vieira	30.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			30.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.	https://legis.senado.leg.br/sfleg-getter/documento?dm=8102431	Sistema de Justiça	Sistema Penal, Socioeducativo, Direitos Humanos, Pandemia	
Câmara	PL 9054/2017	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Renan Calheiros	08.11.2017	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	AGUARDAND O CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRI A PELA MESA		19.06.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2976/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1619253&filename=PL+9054/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Sistema de Justiça	Lei de Execução Penal (LEP), Exercício Profissional, Código Penal Acompanhamento Psicológico Exame Psicossocial
Câmara	PEC 1/2015	Altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%.	Vanderlei Macris	05.02.2015	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Carmen Zanotto	PEC00115	06.07.2016	PLEN	Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1298981&filename=PEC+1/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, SUS
Câmara	PL 4247/2008	Consolida a legislação sanitária federal.	Tião Viana	06.11.2008	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Márcio Macêdo	CCJC	29.04.2014	PLEN	Adiada a votação em face do encerramento da Sessão.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=611324&filename=PL+4247/2008	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, Legislação Sanitária Federal

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PLP 123/2012	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.	Darcisio Perondi	02.02.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Francisco Jr.	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Francisco Jr., não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=961662&filename=PL+123/2012	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, financiamento, SUS
Câmara	PL 7082/2017	Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.	Ana Amélia	13.03.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Aureo Ribeiro	CCJC	18.04.2022	MESA	Aprovado requerimento n. 511/2020 do Sr. Hiran Gonçalves que requer a urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei 7.062/2017, que "Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1255085&filename=PL+7585/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, Ética, Pesquisa Clínica com Seres Humanos.
Câmara	PL 7585/2014	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Humberto Costa	21.05.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	CSSF	16.04.2021	CSSF		http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1255085&filename=PL+7585/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, SUS, gestão
Câmara	PL 8420/2017	Dá nova redação à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	Luiza Erundina	30.08.2017	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Odorico Monteiro	PLEN	01.07.2021	PLEN	Apresentação da Declaração de Voto n. 1 MESA, pelo Deputado Lincoln Portela (PL/MG).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1593024&filename=PL+8420/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	CNAS Assistência Social
Câmara	PEC 383/2017	Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Danilo Cabral	09.11.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	André Figueiredo	PEC38317	22.06.2022	MESA	apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 1084/2022, pelo Deputado Da Vitória (PP/ES), que "Requer, com fundamento no art. 114, inciso XIV, do RICD, a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da PEC nº 383/2017, que "Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1620954&filename=PEC+383/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	SUAS Assistência Social
Câmara	PLP 321/2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.	Comissão de Legislação Participativa	29.08.2013	APENSADO AO PLP 123/2012			26.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-155/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1123028&filename=PL+321/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, financiamento, SUS
Câmara	PL 6858/2013	Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	Erika Kokay, Amaro Neto	02.12.2013	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO Senado	Pedro Cunha Lima	CCJC	30.05.2019	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 92/2019/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200593&filename=PL+6858/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Seguridade Social	Saúde SUS Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.
Câmara	PL 3/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de monitoramento em Unidades de Terapia Intensiva - UTI de hospitais públicos e privados.	Ricardo Barros	02.02.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pedro Westphalen	CSSF	10.07.2019	CSSF	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296681&filename=PL+3/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Seguridade Social	Saúde, SUS, hospitais privados
Câmara	PDC 1023/2018	Susta o Decreto nº 9.462 de 8 de agosto de 2018, que altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.	Patrus Ananias, Nito Tatto, João Daniel	14.08.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Benedita Da Silva	CSSF	21.06.2022	CSSF	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1680815&filename=PDC+1023/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Previdência Social
Câmara	PEC 439/2018	Suprime os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal incluídos pela Emenda Constitucional 95/2016.	Pedro Uczai	14.08.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Danilo Cabral	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Danilo Cabral, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1680689&filename=PEC+439/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	EC 95/2016, SUS, Saúde
Câmara	PDL 701/2019	Susta a Portaria nº 2.979/GAB-MS, de 12 de novembro de 2019, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	Alexandre Padilha	19.11.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Carla Dickson	CSSF	07.04.2021	CSSF	Aprovado requerimento n. 68/2021 da Sra. Carmen Zanotto que requer a realização de audiência pública para discutir os Projetos de Decretos Legislativos nº 701, de 2019, nº 705, de 2019, e nº 23, de 2020. Designada Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1834875&filename=PDL+701/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Saúde, SUS
Câmara	PL 2955/2020	Acrescenta o § 8º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a disponibilização serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde envolvidos nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	Bira Do Pinaré	28.05.2020	APENSADO AO PL 2375/2020			16.04.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em aviso e no DCD de 17/04/21 PAG 186	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1898607&filename=PL+2955/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Seguridade Social	Pandemia, Saúde Mental, Profissionais da saúde
Câmara	PL 4456/2012	Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.	Renan Calheiros	18.09.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Vicente Candido	CFT	07.01.2019	CFT	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1026629&filename=PL+4456/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Segurança Pública	Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), Saúde Mental, Exercício profissional
Câmara	PL 1538/2022	Altera a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, para obrigar o ensino da neurodiversidade, psicopatologia e da psicologia comportamental nos cursos de formação das carreiras de da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, e dá outras providências.	Leonardo Gadelha	08.06.2022	APENSADO AO PL 5231/2020			08.06.2022	MESA	Apresentação do Projeto de Lei n. 1538/2022, pelo Deputado Leonardo Gadelha (PSC/PB)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2182841		Segurança Pública	ensino, policia federal, policia rodoviária federal, neurodivergencia

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PDC 17/2015	Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.	Pr. Marco Feliciano	17.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)			21.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-108/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1309852&filename=PDC+17/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Segurança Pública	Orientação sexual Identidade de Gênero Nome Social Boletins de Ocorrência
Câmara	PL 3080/2020	"Institui a política pública nacional para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autismo, e dá outras providências."	Alexandre Frota	02.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Professora Marcivania	CE	03.06.2022	CE	Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 06/06/2022) Apense-se a este(a) o(a) PL-3925/2021. Apense-se a este(a) o(a) PL-3925/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=190098&filename=PL+3080/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Saúde Mental	TEA
Câmara	PDL 249/2020	Susta os efeitos da Portaria 1325, de 18 de maio de 2020, que revoga o capítulo III do anexo XVIII da Portaria de Consolidação no. 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito da PNAISP.	Fernanda Melchionna, David Miranda, Marcelo Freixo, Sâmia Bomfim e outros	03.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Alexandre Padiha	CSSF	19.05.2021	CSSF	Designado Relator, Dep. Alexandre Padiha (PT-SP)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1900400&filename=PDL+249/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Sistema Prisional
Câmara	PL 5592/2016	Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.	Erika Kokay	15.06.2016	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Alencar Santana Braga	CCJC	31.08.2022	CCJC	Aprovada a Redação Final.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468365&filename=PL+5592/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Saúde Mental	Educação Inclusiva, Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce
Câmara	PL 8489/2017	Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.	Luis Tibé	05.09.2017	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	André Janones	CCJC	19.06.2022	CCJC	Designado Relator, Dep. André Janones (AVANTE-MG)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1594726&filename=PL+8489/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Saúde Mental	Dislexia
Câmara	PDC 912/2018	Susta a Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, do Ministério da Saúde, que "Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)".	Erika Kokay, Angelim, Jandira Feghali	17.04.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Dr. Zacharias Calil	CSSF	21.06.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1652613&filename=PDC+912/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	RAPS
Câmara	PL 6275/2019	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar o atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais.	Norma Ayub	04.12.2019	APENSADO AO PL 5444/2016			13.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3740/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1841122&filename=PL+6275/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Sistema Prisional Atendimento Psicológico
Senado	PLS 447/2018	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para regulamentar a internação compulsória para reincidentes em situação de rua que representem uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa.	Rose de Freitas	21.11.2018	EM TRAMITAÇÃO			21.12.2018	CCJ	A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7888789	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Saúde Mental	Drogas Internação Compulsória
Câmara	PL 5857/2009	Autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas.	Suelei Vidigal	25.08.2009	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dulce Miranda	CSSF	17.06.2021	CSSF	Designada Relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=683147&filename=PL+5857/2009	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Alcool, Drogas Criação de Clínicas Públicas
Câmara	PL 2908/2015	Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.	Comissão de Legislação Participativa	04.09.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pastor Sargento Isidório	CSSF	16.09.2021	CSSF	Designado Relator, Dep. Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1381903&filename=PL+2908/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química
Câmara	PL 7187/2014	Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.	Eurico Júnior	25.02.2014	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			06.06.2022	MESA	Apresentação do Requerimento n. 971/2022, pela Deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), que "Requer seja dado cumprimento ao despacho da Presidência, fundamentado conforme o disposto no art. 34, II, do RICD, que determinou a constituição de Comissão Especial para análise do PL nº 7187/2014".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1231177&filename=PL+7187/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Maconha (Cannabis Sativa)
Câmara	PL 6327/2019	Autoriza o sistema único de saúde a estabelecer convênios com entidades que atuam no tratamento de pessoas com dependência química.	Comissão De Legislação Participativa	09.12.2019	APENSADO AO PL 5857/2009			10.02.2020	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/02/20 PÁG 140.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1843232&filename=PL+6327/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Drogas Autoriza o SUS realizar convênio com entidade privada para atendimento de dependente químico
Câmara	PL 5158/2020	Obriga os planos de saúde a fornecer atendimento multiprofissional, inclusive com terapias baseadas na Análise do Comportamento Aplicada sob a sistemática composta por supervisor e assistente terapêutico, à criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA ou que possua atrasos no seu desenvolvimento que indiquem risco de TEA.	Léo Moraes, Célio Studart	12.11.2020	APENSADO AO PL 2003/2019			21.03.2022	MESA	Indefiro o Requerimento n. 2.713/2020, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 2.713/2020, porquanto o Projeto de Lei n. 5.158/2020 tramita sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1941718&filename=PL+5158/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Saúde Mental	TEA Obriga os planos de saúde a fornecer atendimento multiprofissional
Câmara	PL 4309/2012	Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.	Eduardo Amorim	10.08.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Silvia Cristina	CSSF	01.06.2021	CCP	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 02/06/21 PÁG 132, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1018498&filename=PL+4309/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Saúde Mental	Doença de Alzheimer.
Câmara	PL 8632/2017	Dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida.	Garibaldi Alves Filho	20.09.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Pompeo De Mattos	CCJC	01.06.2022	MESA	Apresentação do Requerimento n. 2461/2021, pelo Deputado Dimas Fabiano (PP/MG), que "Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL nº 8632/2017, que "dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida". Apense-se a este(a) o(a) PL-5062/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599782&filename=PL+8632/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PDL 111/2022	Susta os efeitos do Edital de Chamamento Público nº 03/2022, do Ministério da Cidadania, visando à seleção de organização da sociedade civil que preste atendimento como hospital psiquiátrico, nas modalidades de internação, e/ou hospital-dia, e/ou ambulatório e/ou pronto atendimento, interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projetos de cuidado, tratamento e/ou reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, em ambiente hospitalar.	Erika Kokay (PT-DF)	28.04.2022				09.05.2022	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 10/05/2022.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2161640		Saúde Mental	Comunidades Terapêuticas hospitais psiquiátricos
Câmara	PL 3272/2021	Isenta as Comunidades Terapêuticas, que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, da cobrança de taxas e encargos na obtenção de licenças e demais documentos necessários ao seu funcionamento.	Mara Rocha	22.09.2021	APENSADO AO PL 2083/2019			28.10.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2078095&filename=PL+3272/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde Mental	Comunidades Terapêuticas Inseção de Impostos
Câmara	PL 2574/2007	Cria Centros de Saúde nos estabelecimentos prisionais com mais de 100 presos e prevê atendimento em ambulatório na própria unidade prisional por profissionais de saúde nas prisões com até 100 detentos.	Comissão De Legislação Participativa	07.12.2007	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)	Magda Mofatto	CSPCCO	02.08.2022	CSPCCO	Retirado de pauta a pedido da Relatora.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=529550&filename=PL+2574/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Saúde	Sistema Prisional
Câmara	PL 105/2022	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre o atendimento prestado pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde às pessoas com deficiência e às pessoas com doenças raras.	João Daniel	01/02/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência		CPD	20/06/2022	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1179/2022 Apense-se a este(a) o(a) PL-1584/2022.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2131272	Ordinária (Art. 151, III, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Saúde	Planos de Saúde
Senado	PDL 92/2022	Susta os efeitos da Portaria GM/MS Nº 596, de 22 de março 2022, do Ministério da Saúde que revoga a Seção XII do Capítulo III do Título VIII, art. 1049 até art. 1062, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, e a Seção II do Capítulo III, art. 64 até art. 74, e os anexos XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017.	Humberto Costa (PT/PE)	19/04/2022	EM TRAMITAÇÃO			19/04/2022	PLEN	Encaminhado à publicação, em 19/04/2022.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=133957&ts=1655309325857&disposicionline		Saúde	ministério da saúde
Câmara	PL 1030/2022	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a assistência às crianças com deficiência.	Flávia Moraes	27/04/2022	Apensado ao PL 105/2022			05/05/2022	MESA	Apense-se à(o) PL-105/2022. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II, Regime de Tramitação. Ordinária (Art. 151, III, RICD) Em reunião realizada em 28/06/2022, a apreciação da matéria foi adiada.				
Senado	PL 4223/2021	Dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde.	Esperdião Amin	30.11.2021	EM TRAMITAÇÃO	Veneziano Vital do Rêgo	CAS	28.06.2022	CAS					
Senado	PEC 32/2015	Institui o Sistema Parlamentar de Governo e dá outras providências.	Fernando Collor, Acir Gurgacz e Outros	23.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Simone Tebet	CCJ	21.12.2018	CCJ	Matéria com a relatoria.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4462111	Deliberação pelo Plenário	Reforma Política	Parlamentarismo, regime de governo
Senado	PL 3723/2019	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.	Poder Executivo	26.06.2019	EM TRAMITAÇÃO	Marcos do Val	CCJ	04.08.2022	CCJ	Juntei a Emenda nº 106, de autoria do Senador Zequinha Marinho, ->Encaminhada ao relator, Senador Marcos do Val, para análise.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8050891&ts=1639614632087&disposicionline	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Porte de Armas	Avaliação Psicológica
Câmara	PL 6438/2019	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, e dá outras providências.	Poder Executivo	12.12.2019	Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)	Major Vitor Hugo	CREDN	28.06.2022	MESA	Indeferido o Of. 397/2022, do Dep. Sanderson, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 6.438/2019 ainda não se acha em condições regimentais de figurar na Ordem do Dia. Publique-se. Arque-se."	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=node01f3n30avoqac1pha95in07e4439080322_node0?codteor=1846254&filename=PL+6438/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Porte de Armas	Avaliação Psicológica
Câmara	PL 3722/2012	Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.	Rogério Peninha Mendonça	19.04.2012	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Laudívio Carvalho	PL372212	23.06.2022	CCP	Atualizado - 197 apensos.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=986560&filename=PL+3722/2012	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Porte de Armas	Armas de Fogo Avaliação Psicológica
Câmara	PL 3941/2004	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	Nelson Bornier	08.07.2004	APENSADO AO PL 9433/2017	João Campos	CSPCCO	22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-211/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-249/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=233340&filename=PL+3941/2004	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Porte de Armas	Estatuto do Desarmamento
Câmara	PL 7986/2017	Altera o inciso X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo para os fiscais agropecuários nos termos que disciplina.	Josi Nunes	29.06.2017	APENSADO AO PL 6070/2016			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-249/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1573852&filename=PL+7986/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Porte de Armas	Estatuto do Desarmamento Arma de Fogo

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Senado	PDL 69/2021	Susta o Decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados", o Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição", o Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021, que "altera o Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e alitadores", e o Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021, que altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas".	Randolfe Rodrigues, Eduardo Girá, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Leila Barros, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Fabiano Contarato, Renan Calheiros, Paulo Paim	18.02.2021	EM TRAMITAÇÃO			01.07.2021	PLEN	Juntada à página oficial do PDL 55/2021 a cópia eletrônica da manifestação da Associação Nacional Movimento Pró Armas (ANMPA), sediada em Campo Grande/MS.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8926755	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Porte de Armas	Armas de Fogo Susta o Decreto 10.627/2021
Câmara	PL 7005/2013	Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.	Serys Shlessarenko	18.12.2013	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO NO PLENÁRIO (PLEN)	Luiz Couto	CCJC	29.10.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-5501/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1214822&filename=PL+7005/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Participação e Controle Social	subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.
Câmara	PDL 113/2019	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal".	Paulo Pimenta, Afonso Florence e outros	12.04.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Luiz Philippe de Orleans e Bragança	CCJC	27.08.2021	CCJC	O Relator, Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança, deixou de ser membro da Comissão	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1732287&filename=PDL+113/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Participação e Controle Social	Susta decreto que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal
Câmara	PL 1759/2020	Dispõe sobre a criação do Plano Emergencial de Reversão Produtiva (PERP) para assegurar a reorganização do setor produtivo e econômico com o objetivo de gerar insumos essenciais que visem a proteção das equipes de saúde e da população frente à pandemia de COVID-19; institui o Fundo Emergencial de Reversão Produtiva e dá outras providências.	Fernanda Melchionna, Luiza Erundina, Sâmia Bomfim, David Miranda, Talíria Petrone, e outros	09.04.2020	APENSADO AO PL 1285/2020			14.04.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 15/04/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1879887&filename=PL+1759/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Pandemia	SUS, Saúde
Câmara	PL 2163/2020	Modifica a Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, para determinar aos meios de comunicação a divulgação do serviço "Tigue 188", destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	David Miranda, Edmison Rodrigues, Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Glauber Braga,	24.04.2020	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO NA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)	Vitor Lippi	CCTCI	04.05.2022	CCTCI	Retirado de pauta, por acordo, por solicitação do Relator.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1885622&filename=PL+2163/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Pandemia	Saúde Mental
Câmara	PL 978/2020	Dispõe sobre medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária brasileira após o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia decorrente do alastramento das infecções pelo coronavírus (COVID-19), levando em consideração o elevado risco à sociedade em geral e, em especial, às pessoas em privação de liberdade, aos agentes penitenciários e aos demais servidores vinculados às Secretarias de Administração Penitenciária, demandando medidas urgentes com vistas à preservação dos direitos fundamentais à vida e a saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.	Talíria Petrone, Glauber Braga, Natália Bonavides	24.03.2020	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Padre João	CSSF	27.04.2022	CSSF	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Padre João, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870313&filename=PL+978/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Pandemia	Sistema Prisional Prisão domiciliar Prevenção Covid-19
Câmara	PL 428/2011	Altera dispositivo do Código Civil para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.	Luiz Couto	16.02.2011	AGUARDANDO Apreciação PELO Senado	Rubens Pereira Júnior	CCJC	11.08.2017	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 189/2017/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=840932&filename=PL+428/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional, Sistema de Justiça	Código Penal Mediação Familiar, Divórcio, Psicologia
Câmara	SBT 2 CSSF => PL 916/2020	Dispõe sobre a regulamentação de consultas com médicos, terapeutas, psicólogos e nutricionistas por meio de tecnologia da informação e da comunicação em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	Dra. Soraya Manato	09.11.2021				09.11.2021	CSSF	Apresentação do Substitutivo n. 2 CSSF, pela Deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2101877&filename=SBT+2+CSSF+3D%3E+PL+916/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	Pandemia, Teleatendimento
Câmara	PL 916/2020	Dispõe sobre a regulamentação de consultas com médicos, terapeutas, psicólogos e nutricionistas por meio de tecnologia da informação e da comunicação em casos de calamidade pública e quarentena nos moldes da Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.	Coronel Armando, Adriana Ventura	24.03.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Capitão Alberto Neto	CCJC	16.12.2021	CCJC	Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 17/12/2021)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870148&filename=PL+916/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	Pandemia, Teleatendimento
Câmara	PL 2550/2019	Determina que as equipes de Saúde da Família tenham em sua composição pelo menos um fisioterapeuta e um psicólogo	André Ferreira	25.04.2019	APENSADO AO PL 1111/2019			11.11.2019	CFT	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1111/2019	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1737786&filename=PL+2550/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Seguridade Social, Saúde, Fisioterapeuta e psicólogo no NASF
Câmara	PL 1111/2019	Determina a inclusão obrigatória de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família.	Célio Studart	25.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Eduardo Braide	CSSF	12.11.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 13/11/19 PAG 516, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1714736&filename=PL+1111/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Seguridade Social, Saúde, Fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no NASF

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Senado	PLC 131/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Câmara	20.12.2012	EM TRAMITAÇÃO	Regina Sousa	CAS	04.04.2019	CAS	Matéria aguardando distribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4420974	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício profissional	Saúde Mental, Agências de modelos, mulheres
Câmara	PAR 1 CSPCCO => PL 4615/2019	Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social; a atuação preventiva de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos seus familiares; e a realização de conferências para debater as diretrizes dos planos de segurança pública e defesa social.	Senado Federal - Alessandro Vieira	25.08.2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário			12.04.2022	CSPCCO	Apense-se a este(a) o(a) PL-867/2022	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2063980&filename=PAR+1+CSPCCO+%3D%3E+PL+4615/2019		Exercício Profissional	Saúde Mental, Assistência social Saúde mental e prevenção ao suicídio, profissionais de segurança pública
Câmara	PL 1878/2019	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	José Medeiros	28.03.2019	APENSADO AO PL 2527/2015			21.05.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1563/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1725566&filename=PL+1878/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	LDB, educação, psicologia escolar, educação básica
Câmara	PL 2478/2019	Designa a obrigatoriedade de psicólogo educacional em todas as instituições de ensino no país.	Julian Lemos	23.04.2019	APENSADO AO PL 2354/2019			23.05.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/05/19 PÁG 381.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1736311&filename=PL+2478/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Educação, Psicologia Escolar
Câmara	PL 2806/2019	Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.	Gustinho Ribeiro	09.05.2019	APENSADO AO PL 1571/2019			27.05.2019	CIDOSO	Recebimento pela CIDOSO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1745008&filename=PL+2806/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	Psicologia escolar, Educação
Câmara	PL 3426/2019	Acréscimo parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.	José Ricardo	11.06.2019	APENSADO AO PL 2729/2019			05.07.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/07/19 PÁG 68.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1762738&filename=PL+3426/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	Educação, Psicologia escolar
Câmara	PL 4537/2019	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica.	Marreca Filho	15.08.2019	APENSADO AO PL 2729/2019			02.09.2019	CIDOSO	Recebimento pela CIDOSO.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1790637&filename=PL+4537/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	Psicologia escolar, Educação
Câmara	PL 7419/2006	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.	Luiz Pontes	09.08.2006	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7419, DE 2006, DO Senado, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE", E APENSADOS (PL 7419/06); PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Hiran Gonçalves	PL741906	05.07.2022	MESA	Despacho exarado no Requerimento n. 1.105/2022, conforme o seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 1.105/2022 quanto aos Projetos de Lei n. 4.076/2001, 6.033/2016 e 9.720/2018, nos termos do art. 142, caput, do RICD. Em relação aos demais projetos, julgo prejudicado o Requerimento n. 1.105/2022, com base no art. 164, I, do RICD. Publique-se. Oficie-se".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1439198&filename=PL+7419/2006	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Planos de saúde, saúde suplementar
Senado	PLS 649/2015	Estabelece a obrigatoriedade do psicólogo e/ou psiquiatra informar ao empregador de paciente atestado incapaz temporariamente para o trabalho em razão de comprometimento da saúde mental.	Davi Alcolumbre	29.09.2015	EM TRAMITAÇÃO	Humberto Costa	CAS	22.02.2021	CAS	Devolvido pelo relator, Senador Humberto Costa, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4134201	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício Profissional	Trabalho, saúde mental
Câmara	PL 6959/2010	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.	Comissão De Legislação Participativa	11.03.2010	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Erika Kokay	CTASP	30.03.2022	CTASP	Aprovados os Requerimentos de Retiradas de Pauta, dos Deputados Sanderson e Tiago Mitraud.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=7430018&filename=PL+6959/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Naturista, Regulamentação de outras profissões, práticas complementares
Câmara	PL 1549/2003	Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Celso Russomanno	24.07.2003	AGUARDANDO APRECIAÇÃO PELO Senado	Fábio Trad	CCJC	09.12.2019	MESA	Decisão da Presidência exarada à Questão de Ordem n. 61/2019, do seguinte teor: "[...] Por essas razões, não conheço da QO n. 61/2019. Sem embargo, esclareço ao ilustre Deputado que, nos termos do § 2º do art. 104 do RICD, proposições de iniciativa coletiva, como é o caso do REO n. 38/2019, serão retiradas "a requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores", independentemente de o número de subscrições remanescentes ser superior ao exigido para sua apresentação. Esclareço, outrossim, que, ex vi do inc. VII do art. 114 do RICD, a decisão sobre a retirada de proposições como o referido recurso cumpre a esta Presidência, não cabendo sua submissão ao Plenário. Ante o exposto, não conheço da presente questão de ordem, porquanto esse instituto do processo legislativo não se presta aos fins pretendidos pelo autor".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1501158&filename=PL+1549/2003	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Acupuntura, Regulamentação de outras profissões, práticas complementares

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 3804/2012	Regulamenta a profissão de Naturólogo.	Giovani Cherini	03.05.2012	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Maurício Dzierdzicki	CTASP	06.04.2021	CTASP	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Maurício Dzierdzicki, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=988045&filename=PL+3804/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Naturólogo, Regulamentação de outras profissões, práticas complementares
Câmara	PL 4887/2020	Regulamenta o exercício da profissão de Constelador Familiar Sistêmico ou Terapeuta Sistêmico.	Erika Kokay, Rogério Correia, Nilto Tatto e outros	09.10.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Flávia Morais	CTASP	20.04.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 01/04/2021 a 20/04/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1935904&filename=PL+4887/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Constelação familiar, Regulamentação de outras profissões, práticas complementares
Senado	PLS 174/2017	Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturalista.	Telmário Mota	06.06.2017	EM TRAMITAÇÃO	Irajá	CAS	14.12.2021	CAS	Em reunião realizada em 14/12/2021, a apreciação da matéria foi adiada.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5321205	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício Profissional	Naturista, Regulamentação de outras profissões, práticas complementares
Câmara	PL 4076/2001	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor.	Henrique Fontana	08.02.2001	APENSADO AO PL 7419/2006	Fábio Ramalho	CCJC	27.06.2022	PLEN	Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 1105/2022, pela Deputada Professora Dorninha Seabra Rezende (UNIÃO/TO), que "Requer a desapensação de vários projetos de lei ao PL 7419/2006".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=93678&filename=PL+4076/2001	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício profissional	Rol de Procedimentos, Planos de Saúde, Saúde Suplementar
Senado	PL 1518/2020	Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública durante a crise causada pela epidemia de Covid-19.	Izalci Lucas	06.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			21.05.2020	SLSF	Recebido o Requerimento nº 433, de 2020, do Senador Izalci, de retirada do Requerimento nº 430, de 2020, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1275 e 1518, de 2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8089035		Exercício profissional	Teleatendimento, pandemia
Senado	PL 1187/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.	Rose de Freitas	30.03.2020	EM TRAMITAÇÃO			31.03.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 02/04/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8082262		Exercício profissional	Pandemia Assistência psicológica remota Teleatendimento
Câmara	PL 1705/2019	Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a autonomia profissional do psicólogo.	Erika Kokay	26.03.2019	APENSADO AO PL 7389/2002			04.06.2019	MESA	AÇÃO SANEADORA - O PL n. 1729/2019 foi renumerado para PL n. 1705/2019 em razão de duplicidade verificada no sistema de numeração compartilhado pela Câmara e pelo Senado.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1723793&filename=PL+1705/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Saúde Suplementar Planos de Saúde
Senado	PLS 439/2015	Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.	Donizeti Nogueira	07.07.2015	EM TRAMITAÇÃO	Chico Rodrigues	CDR	18.11.2021	CDR	Recebida MOÇÃO Nº 04/2020, da Câmara Municipal de Votuporanga/SP, pela aprovação do Projeto de Lei Nº 439/2015.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4379805	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício Profissional	Administração Regulamentação
Senado	PLS 101/2018	Regulamenta a profissão de psicanalista.	Telmário Mota	13.03.2018	EM TRAMITAÇÃO	Rogério Carvalho	CAS	06.04.2022	CAS	Redistribuído ao Senador Rogério Carvalho, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7645160	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício Profissional	Psicanalista Regulamentação
Senado	PL 4026/2019	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Aroldo de Oliveira	10.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Rose de Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7979224	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício Profissional	CLT Contribuição Sindical
Câmara	PL 6126/2013	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	Poder Executivo	20.08.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Hiran Gonçalves	CSSF	15.05.2019	CSSF	Aprovado requerimento n. 138/2019 do Sr. Pastor Sargento Isidório que requer a inclusão de Representante do Exército Brasileiro e Representante do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria - CBOO, no Seminário para discutir o Projeto de Lei nº 6126/2013, que altera a Lei nº 12.842/2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1117641&filename=PL+6126/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Ato Médico Exercício da Medicina
Câmara	PL 252/2003	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.	Jorge Bornhausen	07.03.2003	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO SENADO FEDERAL	Eduardo Cury	CCJC	09.08.2022	MESA	Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela Câmara dos Deputados. Inteiro teor Inteiro teor Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 490/2022/SGM-P.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=115608&filename=PL+252/2003	Urgência (Art. 155, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Concurso Público Avaliação Psicotécnica
Câmara	PL 6757/2010	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre coação moral.	Inácio Arruda	05.02.2010	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Lucas Vergílio	CTASP	14.09.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1399/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=732630&filename=PL+6757/2010	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	CLT Coação Moral
Câmara	PL 3980/2000	Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.	Geraldo Candido	13.12.2000	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Maurício Quintella Lessa	CCJC	22.12.2020	PLEN	Rejeitado o requerimento n. 2793/2020 do Sr. Enio Verri que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 1.531, de 2015, apensado.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1819265&filename=PL+3980/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal
Câmara	PL 7683/2017	Altera o art. 34 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto", para incluir entre os deveres da entidade de prática desportiva empregadora o de garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.	Marcelo Crivella	19.05.2017	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Celina Leão	CESPO	08.12.2021	CCP	Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão do Esporte Publicado em avulso e no DCD de 09/12/2021 PAG 681, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1561424&filename=PL+7683/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Psicologia Esportiva Assistência Psicológica continuada aos atletas profissionais.
Câmara	PL 9904/2018	Regulamenta o princípio da legalidade administrativa em todas as esferas da administração pública direta e indireta.	Valdir Colatto	27.03.2018	APENSADO AO PL 8970/2017			28.02.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-623/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1647810&filename=PL+9904/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Regulamenta o princípio da legalidade Administrativa

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 1418/2011	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Walney Rocha	24.05.2011	ARQUIVADO APENSADO AO PL 252/2003			08.08.2022	MESA	Ideferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-524/2019porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=876231&filename=PL+1418/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Concurso Público, Acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal
Câmara	PL 309/1999	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Enio Bacci	17.03.1999	APENSADO AO PL 289/1999			21.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-68/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=32545&filename=PL+309/1999	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Concurso Público, Acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal
Câmara	PL 7574/2006	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Enio Bacci	22.11.2006	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Zezeu Ribeiro	CCJC	18.12.2012	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 2.249 /12/SGM-P. Desapensação do PL 1.381/2007 (ex- apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do artigo 163 c/c 164, § 4º, do Regimento Interno da Câmara.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=426102&filename=PL+7574/2006	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Obrigatoriedade das agências de modelos manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos)
Câmara	PL 7267/2002	Adiciona-se dispositivo à Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências.	José Carlos Coutinho	05.11.2002	APENSADO AO PL 4076/2001	Dr. Francisco Gonçalves	CSSF	11.11.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-5881/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=101688&filename=PL+7267/2002	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Saúde Suplementar Planos de Saúde
Câmara	PL 3512/2008	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Professora Raquel Teixeira	04.06.2008	AGUARDANDO APRECIÇÃO PELO Senado	Sandro Mabel	CCJC	12.04.2010	MESA	Remessa ao Senado por meio do Ofício nº 250/10/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=572608&filename=PL+3512/2008	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Regulamentação profissão de Psicanálise
Câmara	PL 275/2019	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militar bem como nos cursos de reciclagem.	Rubens Otoni	04.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Carmen Zanotto	CSSF	19.02.2020	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 20/02/20 PÁG 444, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707159&filename=PL+275/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Exames psicocógico para ingresso da Polícia Militar e Bombeiros
Câmara	PL 2808/2019	Impõe aos órgãos e entidades da administração pública a obrigação de assegurar assistência psicológica de caráter sigiloso para as Mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional em razão do gênero a que pertencem, e dá outras providências.	Edna Henrique	09.05.2019	APENSADO AO PL 6764/2013			22.05.2019	CTASP	Recebimento pela CTASP.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1745004&filename=PL+2808/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Políticas para as Mulheres, Obrigação de assegurar assistência psicológica de caráter sigiloso para as Mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional em razão do gênero
Câmara	PL 4725/2019	Torna obrigatória a presença de psicólogos nas unidades de saúde de atendimento de urgência e emergência	Célio Studart	27.08.2019	APENSADO AO PL 818/2015			11.09.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/09/19 PÁG 442.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1797721&filename=PL+4725/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Trabalho e emprego da/o Psicóloga/o
Câmara	PL 2394/2020	Autoriza, aos profissionais da área da saúde, o exercício da profissão à distância por meio de tecnologias, na forma que especifica.	Adriana Ventura	05.05.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Hiran Gonçalves	CSSF	15.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4114/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1908504&filename=PL+2394/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Teleatendimento, pandemia
Senado	PL 518/2021	Institui o Programa de Incentivo ao Exercício Profissional de Recém-Formados de Graduação da Área da Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Jorge Kajuru	22.02.2021	EM TRAMITAÇÃO			22.02.2021	PLEN	Encaminhado à publicação, em 22/02/2021.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8928213		Exercício Profissional	Programa de Incentivo ao Exercício Profissional de Recém-Formados de Graduação da Área de Saúde, no SUS
Câmara	PL 3360/2020	Altera o art. 4º da Lei nº 6.932, de 1981, para dispor sobre o valor da bolsa dos médicos-residentes e seu reajuste anual, bem como sobre auxílio-alimentação e auxílio-moradia concedidos a esses beneficiários.	Dra. Soraya Manato	17.06.2020	APENSADO AO PL 2803/2019			11.03.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1904556&filename=PL+3360/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Trabalho e emprego da/o Psicóloga/o
Câmara	PL 504/2021	Cria a Política Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde.	Alexandre Padilha	19.02.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	CSSF	07.10.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 30/09/2021 a 07/10/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1364794&filename=PL+504/2021	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Política Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde.
Senado	SUG 40/2019	Regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo	Programa E-Cidadania	11.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Humberto Costa	CDH	30.07.2021	CDH	Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa (art. 129 do RISF).	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=1627953307165&disposi%20n%20online		Exercício Profissional	Psicoterapia Regulamentação de outras profissões
Senado	PLC 31/2010	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Câmara	13.04.2010	EM TRAMITAÇÃO	Izalci Lucas	CE	22.06.2022	CAS	(Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial, realizada em 22/06/2022) Encaminhada à publicação a Emenda nº 6 - PLEN. Retirado da pauta.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4378260	Deliberação pelo Plenário	Exercício profissional	Psicopedagogia Regulamentação de outras profissões
Câmara	PL 6004/2013	Regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.	Marconi Perillo	17.07.2013	ARQUIVADO APENSADO AO PL 252/2003			08.08.2022	MESA	Ideferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-524/2019porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1111173&filename=PL+6004/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício Profissional	Concurso Público Avaliação Psicológica
Câmara	PL 10105/2018	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.	Maria do Carmo Alves	25.04.2018	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Dr. Zacharias Calil	CSSF	06.04.2021	CSSF	Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), pela aprovação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654884&filename=PL+10105/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Médicos residentes, Mais Médicos, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina
Câmara	PL 4592/2016	Institui o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado, nacionalmente, no dia 12 de abril de cada ano.	Paulo Davim	02.03.2016	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CJCJ)	Erika Kokay	CDHM	08.07.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Minorias Publicado em avulso e no DCD de 09/07/2021, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1438432&filename=PL+4592/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Dia de Enfrentamento à Psicofobia
Senado	PL 1400/2019	Obriga empresas de teleatendimento ou telemarketing a oferecerem serviços de ginástica laboral e atendimento psicológico a seus empregados.	Veneziano Vital do Rêgo	13.03.2019	TRAMITAÇÃO ENCERRADA	Leila Barros	CAS	11.11.2021	SEXPE	Remetido Ofício SF nº 662, de 11/11/21, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7926794	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Exercício profissional	Atendimento psicológico a seus empregados e telemarketing

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 1495/2019	Garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escarpelamento.	Camilo Capiberibe	14.03.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Alexandre Padiha	CSSF	08.11.2021	CSSF	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao substitutivo (de 28/10/2021 a 08/11/2021). Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1718891&filename=PL+1495/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica às vítimas de escarpelamento.
Senado	PLS 482/2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.	CPI dos Maus-Tratos - 2017	10.12.2018	EM TRAMITAÇÃO	Daniella Ribeiro	CE	14.03.2022	CE	Redistribuído à Senadora Daniella Ribeiro, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7893718	Deliberação pelo Plenário	Exercício Profissional	Psicologia na Educação Básica, LDB Psicologia escolar, Educação
Câmara	PL 1545/2015	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que os estabelecimentos de ensino notifiquem pai, mãe ou responsáveis legais acerca das faltas injustificadas dos educandos e sobre a obrigatoriedade de presença de psicólogos nas escolas públicas de educação básica.	Carlos Henrique Gaguim	14.05.2015	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Maria do Rosário	CCJC	21.11.2019	CCJC	Assegurada a inscrição para discussão da matéria ao Deputado Luizão Goulart.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334382&filename=PL+1545/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	LDB, Psicologia nas Escolas Públicas, Educação
Câmara	PL 1543/2015	Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	Dr. Jorge Silva, Norma Ayub	14.05.2015	APENSADO AO PL 8013/2014			21.05.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2729/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334249&filename=PL+1543/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	LDB, Educação Básica, Educação, Apoio técnico de psicologia, Psicologia Escolar
Camara	PL 8013/2014	Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	Dr. Jorge Silva - PROS/ES, Norma Ayub - DEMES	14.10.2014	Apensado ao PL 7986/2014			13.04.2021	Mesa	Apense-se a este(a) o(a) PL-271/2021	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284324&filename=PL+8013/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Educação Básica Psicologia Escolar
Câmara	PL 7986/2014	Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias	Vitor Paulo	17.09.2014	APENSADO AO PL 1616/2011			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-381/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1278926&filename=PL+7986/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício Profissional	Educação, creches públicas e comunitárias, psicologia escolar
Câmara	PL 791/2011	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Jovair Arantes	22.03.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Orlando Silva	CTASP	11.03.2019	MESA	Despacho exarado no Requerimento n. 9382/2018, conforme o seguinte teor: "Dou por prejudicado o Requerimento n. 9.382/2018, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 11.161/2018 já tramita apensado ao Projeto de Lei n. 791/2011.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=851394&filename=PL+791/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	LDB, Educação
Câmara	PL 3385/2021	Institui a Política Educacional Emergencial (PEDE) para acolhimento, permanência nas escolas e aprendizagem dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio das redes públicas de educação básica.	Alessandro Vieira	10.03.2022	Apensado ao PL-3520/2021.	Tabata Amaral		04.05.2022	CE	Designada Relatora, Dep. Tabata Amaral (PSB-SP)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2147086&filename=PL+3385/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Exercício profissional	Educação
Câmara	PL 818/2015	Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.	Major Olimpio	18.03.2015	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pedro Westphalen (PP/RS)	CSSF	23.06.2022	CSSF	Devolvido ao Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1311098&filename=PL+818/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	Psicologia nas Unidades Hospitalares, Trabalho e emprego do/a Psicólogo/a
Câmara	PL 282/2019	Altera e acrescenta dispositivos à Lei de diretrizes e bases da educação, instituída pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre o atendimento psicopedagógico na educação básica.	Rubens Otoni	04.02.2019	Pronta para Pauta na Comissão de Educação (CE)	Luizão Goulart	CE	30.05.2022	CE	Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 31/05/2022)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707090&filename=PL+282/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	psicopedagogia; psicólogos nas escolas; escolar;
Câmara	PL 1321/2022	Estabelece critérios para utilização da terapia baseada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) por profissionais da saúde e educação.	Pompeo de Mattos Wolney Queiroz André Figueiredo	20.05.2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)			30.05.2022	MESA	Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2173868&filename=PL+1321/2022	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	terapia; análise; testes psicológicos; supervisão
Câmara	PL 1597/2022	Dispõe sobre as condições adequadas de convivência e repouso ofertadas aos profissionais de saúde, conforme específica.	Ney Leprevost	10.06.2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família			20.06.2022	CSSF	Recebimento pela CSSF.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2184912	Ordinária (Art. 151, III, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Exercício profissional	hospitais profissionais de saúde
Câmara	PL 502/2019	Institui o programa "Escola Sem Mordaca" em todo o território nacional.	Talina Petrone, Luiza Erundina, Fernanda Melchionna, Sâmia Bortim, Áurea Carolina	06.02.2019	APENSADO AO PL 6005/2016			27.02.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em aviso e no DCD de 28/02/19 PAG 386	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1708313&filename=PL+502/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Escola sem Partido
Senado	PL 2751/2021	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal.	Luis Carlos Heinze	09.08.2021	EM TRAMITAÇÃO			24.09.2021	PLEN	Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Ofício nº 272/2021_CNM_BSB, da Confederação Nacional de Municípios-CNM.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8998218		Educação	Psicologia Escolar Fundeb
Senado	PL 2157/2019	Institui a Política Nacional de Prevenção ao Uso de Alcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas.	Styvenson Valentim	09.04.2019	EM TRAMITAÇÃO	Renilde Bulhões	CCJ	09.08.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Renilde Bulhões, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7939600	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Educação	Saúde Mental, Alcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas
Câmara	PL 1011/2011	Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.	Fábio Faria	12.04.2011	APENSADO AO PL 847/2019	Carla Dickson	CSSF	19.10.2021	CSSF	Devolução à CCP	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=8587898&filename=PL+1011/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Sistema de Justiça, Define crime de Intimidação Escolar, Bullying

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 3035/2020	"Institui a Política para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas".	Alexandre Frota	01.06.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Paula Belmonte	CSSF	22.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3958/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1899579&filename=PL+3035/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Educação Inclusiva, Saúde Mental TEA
Câmara	PL 5071/2016	Declara Isaias Alves de Almeida Patrono da Psicologia Educacional no Brasil.	Félix Mendonça Júnior	26.04.2016	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Eduardo Bismarck	CCJC	24.03.2021	CCJC	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/12/2019 a 24/03/2021 22:07:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1452534&filename=PL+5071/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Patrono da Psicologia Psicológica Educacional
Câmara	PL 3479/2020	Acrescenta dispositivos ao artigo 35-A, da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, de forma a incluir o estudo de psicologia aos currículos do ensino médio.	Delegado Marcelo Freitas	24.06.2020	APENSADO AO PL 105/2007			11.03.2021	CE	Recebimento pela CE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1907143&filename=PL+3479/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB Incluir o estudo de psicologia aos currículos do ensino médio
Câmara	PL 5093/2020	Dispõe sobre o sistema educacional inclusivo.	André Figueiredo	31.03.2022	APENSADO AO PL 3035/2020 Apense-se a este(a) o(a) PL-730/2022			01.06.2022	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2917/2021. Apense-se a este(a) o(a) PL-1434/2022.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1940898&filename=PL+5093/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	PL 604/2011	Dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências.	Manoel Junior	24.02.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Darci de Matos	CCJC	25.03.2021	CCJC	Designado Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=844864&filename=PL+604/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado.
Câmara	PL 4533/2012	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para exigir, nas Universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral.	Arthur Virgílio	11.10.2012	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			12.07.2018	MESA	Indeferido o Requerimento n. 8.981/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido de dispensação contido no Requerimento n. 8.981/2018, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara, porquanto os Projetos de Lei n. 3.375/2015 e n. 4.533/2012 tratam de matérias correlatas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1030381&filename=PL+4533/2012	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	LDB doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral
Câmara	PL 7180/2014	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.	Erivelton Santana	24.02.2014	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Flavinho	PL718014	08.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-80/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB. Valores de ordem familiar. Precedência sobre a educação escolar quanto à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.
Câmara	PL 2659/2015	Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para ampliar a possibilidade de abatimento de saldo devedor, mediante prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, para egressos de cursos superiores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional.	Wadson Ribeiro	18.08.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Moses Rodrigues	CE	25.05.2021	CE	Devolvido ao Relator, Dep. Moses Rodrigues (MDB-CE)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1373229&filename=PL+2659/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	FIES SUS Cursos na Área da Saúde
Câmara	PL 65/2003	Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.	Arlindo Chinaglia	18.02.2003	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Colbert Martins	CCJC	24.05.2017	PLEN	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6538/2017, pelo Deputado Juscelino Filho (DEM-MA), que: "Requer a Inclusão da Matéria na Ordem do Dia".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=113882&filename=PL+65/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Cursos de Medicina Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes
Câmara	PL 7420/2006	Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção.	Professora Raquel Teixeira	09.08.2006	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Bacelar	PL742006	20.12.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-871/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=413946&filename=PL+7420/2006	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Básica Responsabilidade dos Gestores
Câmara	PL 5414/2016	Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Rodrigo Pacheco	31.05.2016	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Gilson Marques	CCJC	25.05.2022	CCJC	Designado Relator, Dep. Gilson Marques (NOVO-SC)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1462275&filename=PL+5414/2016	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Ensino à Distância (EAD), LDB, Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde
Câmara	PL 105/2007	Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Luiza Erundina	12.02.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Maria do Rosário	CE	04.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3479/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=344658&filename=PL+105/2007	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB Ensino de Psicologia no ensino médio
Câmara	PL 7841/2014	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.	Roberto Requião	31.07.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Hiran Gonçalves	CSSF	11.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-89/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1268943&filename=PL+7841/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB Revalidação e reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 6755/2010	Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.	Flávio Arns	05.02.2010	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Luizão Goulart	CCJC	03.10.2019	CCJC	Aprovado requerimento do Sr. Luizão Goulart que Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 6.755, de 2010, que altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=732622&filename=PL+6755/2010	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB, Educação básica, Desenvolvimento integral da criança até 5 anos
Câmara	PL 434/1999	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.	Magno Malta	25.03.1999	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Kim Kataguirí	CCJC	25.09.2019	CCJC	Designado Relator, Dep. Kim Kataguirí (DEM-SP)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1523507&filename=PL+434/1999	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e prevenção DST e AIDS
Câmara	PL 1518/2011	Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola.	Janele Rocha Pretá	07.06.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Talíria Petrone	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Talíria Petrone, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=883115&filename=PL+1518/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Percentual mínimo para desenvolvimento e manutenção da educação indígena e quilombola
Câmara	PL 1171/2019	Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dados Complementares: Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	Dr. Jaziel	26.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Professora Marcivania	CE	16.12.2021	CE	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CE, pela Deputada Professora Marcivania (PCdoB/AP).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715149&filename=PL+1171/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Ensino à Distância EAD, Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde
Câmara	PL 1189/2019	Institui o programa "Educação Democrática".	Natália Bonavides	27.02.2019	APENSADO AO PL 10997/2018			08.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 09/04/19 PAG 32.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715413&filename=PL+1189/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Educação democrática, programas nacionais, redução do analfabetismo
Câmara	PL 974/2019	Dispõe sobre a exigência de apresentação de atestado de sanidade mental e certidões negativas de antecedentes criminais para o trabalho em creches ou instituições análogas.	Flávia Morais	20.02.2019	APENSADO AO PL 237/2019			06.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-52/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712895&filename=PL+974/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Apresentação de atestado de sanidade mental e certidões negativas de antecedentes criminais para o trabalho em creches
Câmara	PDL 440/2020	Susta a aplicação do Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que institui a "Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida".	Célio Studart	05.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1934258&filename=PDL+440/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva. Susta a aplicação do Decreto 10.502 /2020 que institui a "Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida".
Câmara	PL 3262/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual.	Chris Tonietto, Bia Kicis, Caroline De Toni, Dr. Jaziel	03.06.2019	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Greyce Elias	CCJC	29.09.2021	MESA	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 1924/2021, pela Deputada Bia Kicis (PSL/DF) e outros, que "Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1759942&filename=PL+3262/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação domiciliar (homeschooling)
Câmara	PL 3129/2015	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Clarissa Garotinho	24.09.2015	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Eduardo Barbosa	CE	12.05.2022	CE	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao substitutivo (de 03/05/2022 a 12/05/2022). Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1390978&filename=PL+3129/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB, Pessoa com deficiência, Capacitação dos professores para o apoio ao aluno com deficiência
Câmara	PL 3179/2012	Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica.	Lincoln Portela	08.02.2012	No Senado Federal	Luisa Canziani	CESP	19.05.2022	MESA	Desapensação dos Projetos de Lei nºs 1.0185/2018, 2.401/2019, 3.159/2019, 3.261/2015, 5.852/2019 e 6.188/2019, apensados, em face de sua declaração de prejudicialidade, decorrente da aprovação em Plenário da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, adotada pela relatora da Comissão Especial (Sessão Deliberativa Extraordinária de 19/5/2022 - 9h - 65ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=963755&filename=PL+3179/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	LDB Oferta domiciliar da educação básica
Câmara	PDL 445/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Natália Bonavides	08.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1935573&filename=PDL+445/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva Susta os efeitos do Decreto 10.502/2020 institui a Política Nacional de Educação Especial
Câmara	PDL 433/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Felipe Rigoni, Tabata Amaral, Aliel Machado, Eduardo Bismarck, Professor Israel Batista, Luisa Canziani, Rafael Motta	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933979&filename=PDL+433/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva Susta os efeitos do Decreto 10.502/2020 institui a Política Nacional de Educação Especial
Câmara	REQ 2549/2020	Requer regime de urgência para apreciação do PDL 433/20 que susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida	Professor Israel Batista, Enka Kokay, Wolney Queiroz, Ernio Verri, Perpétua Almeida, Alessandro Molon e outros	08.10.2020	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)			08.10.2020	MESA	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2549/2020, pelo Deputado Professor Israel Batista (PV/DF) e outros, que "Requer regime de urgência para apreciação do PDL 433/20 que susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida". Relatório de Conferência de Assinaturas Eletrônicas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1935647&filename=REQ+2549/2020		Educação	Educação Inclusiva

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PDL 430/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.		02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933890&filename=PDL+430/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	PDL 434/2020	Susta o Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, da Presidência da República que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Alessandro Molon	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1934056&filename=PDL+434/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	PDL 427/2020	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Helder Salomão, Carlos Veras, Maria do Rosário, Enio Verri, Paulo Teixeira e outros	01.10.2020	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)	Fábio Trad	CPD	29.12.2021	CPD	Designado Relator, Dep. Fábio Trad (PSD-MS)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933710&filename=PDL+427/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	PDL 429/2020	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Paulo Pimenta	01.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933747&filename=PDL+429/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	PDL 431/2020	Susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que "Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida."	Sâmia Bomfim, Glauber Braga, David Miranda, Marcelo Freixo, Taliria Petrone, Edmilson Rodrigues e outros	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933944&filename=PDL+431/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	PDL 435/2020	Susta os efeitos da aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Almeida, Orlando Silva, Jandira Feghali, Daniel Almeida, Alice Brundage	02.10.2020	APENSADO AO PDL 427/2020			10.02.2021	CPD	Recebimento pela CPD, apensado ao PDL-427/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1934070&filename=PDL+435/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Educação Inclusiva
Câmara	REQ 2502/2020	Requer a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2020, do ELDER SALOMÃO e OUTROS que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial.	Rejane Dias	02.10.2020				02.10.2020	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 2502/2020, pela Deputada Rejane Dias (PT/PI), que "Requer a relatoria do Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2020, do ELDER SALOMÃO e OUTROS que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, da Presidência da República que cria a Política Nacional de Educação Especial."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1933866&filename=REQ+2502/2020			Educação Inclusiva
Senado	PDL 441/2020	Susta o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	Paulo Rocha, Zenaide Maia, Humberto Costa	05.10.2020	EM TRAMITAÇÃO			05.10.2020	PLEN	Encaminhado à publicação, em 05/10/2020. (Encaminhados à publicação os RQS nºs 2494, 2495 e 2500, de 2020, de adição de assinatura)	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=6896376		Educação	Educação Inclusiva
Senado	PL 3803/2019	Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e Deficiências Múltiplas.	Major Olimpio	02.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Flávio Arns	CDH	08.04.2022	CDH	Devolvido pelo Senador Flávio Arns, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7973460	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Educação	Educação Inclusiva TEA
Câmara	PL 3339/2021	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.	Gastão Vieira	28.09.2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Professora Marcivania	CE	08.11.2021	CE	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 28/10/2021 a 08/11/2021). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2080632&filename=PL+3339/2021	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Educação	Psicologia Escolar Fundeb
Câmara	PL 3383/2021	Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.	Alessandro Vieira	17/02/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Educação	Dep. Tabata Amaral	CE	04/05/2022	CE	Designada Relatora, Dep. Tabata Amaral (PSB-SP)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2136601&filename=PL+3383/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Psicologia escolar
Câmara	PL 1462/2022	Institui a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incluir nos currículos dos cursos superiores de Pedagogia, Psicologia e Psicopedagogia conteúdos referentes ao Transtorno do Espectro Autista.	Glaustin da Fokus	01/06/2022	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)	Professora Dorinha Seabra Rezende (UNIÃO-TO)	CPD	05/07/2022	CPD	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 28/06/2022 a 05/07/2022). Não foram apresentadas emendas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2179907&filename=PL+1462/2022		Educação	ensino superior, autismo
Câmara	PL 1596/2022	Cria o Programa Nacional de Promoção à Saúde Mental nas Escolas - PRONASAME.	Ney Leprevost	10/06/2022	Aguardando despacho do Presidente		CE	22/06/2022	CE	Recebimento pela CE.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2184908		Educação ; saúde mental	saúde mental, alunos, programa nacional, ensino básico
Câmara	PLP 40/2015	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1989, para tornar ineficazes os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.	Brunny	25.03.2015	APENSADO AO PLP 367/2017	Maria Do Rosário	CMULHER	14.09.2021	MESA	Desapensação automática do Projeto de Lei Complementar 65/2020, apensado ao PLP 40/2015, em face do arquivamento do PLP 65/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1314074&filename=PLP+40/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres
Senado	PLS 150/2015	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	Otto Alencar	24.03.2015	Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.	Rodrigo Pacheco	CCJ	18.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Pacheco, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3596805	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Sistema de Justiça, LGBTQIA+
Câmara	PL 2737/2019	Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridades de atendimento social, psicológico e médico as Mulheres vítimas de violência	André Ferreira	08.05.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Tabata Amaral	CSSF	16.06.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 17/06/21 PAG 935, Letra B.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1745326&filename=PL+2737/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Exercício Profissional, Políticas para as Mulheres, Prioridade de atendimento social, psicológico e médico a para as Mulheres vítimas de violência
Câmara	PL 2916/2019	Determina o encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais de Psiquiatria e Psicologia, com prioridade de atendimento, e dá outras providências.	Mário Heringer	15.05.2019	APENSADO AO PL 6061/2013			04.06.2021	CMULHER	Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-6061/2013	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1748133&filename=PL+2916/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Exercício Profissional, Políticas para as Mulheres, Encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais de Psiquiatria e Psicologia, com prioridade de atendimento

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 4866/2019	Dispõe sobre a proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual.	Bosco Costa	04.09.2019	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Chris Tonietto		10.11.2021	CMULHER	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 29/10/2021 a 10/11/2021). Não foram apresentadas emendas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2072633&filename=Tramitacao-PL+4866/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Exercício Profissional, Políticas para as Mulheres Proteção e apoio psicológico à mulher atleta vítima de violência física ou sexual
Câmara	PL 1074/2019	Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para determinar igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência.	José Medeiros	22.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Celina Leão	CSSF	07.06.2022	CSSF	Parecer da Relatora, Dep. Celina Leão (PP-DF), pela aprovação deste, do PL 4613/2020 e do PL 1522/2021, apensados, com substitutivo.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1714077&filename=PL+1074/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Seguridade Social, Estatuto da Pessoa com Deficiência
Câmara	PL 10562/2018	Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.	Vinícius Carvalho	10.07.2018	APENSADO AO PL 1079/2015			16.12.2021	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 7.352, de 2017, adotada pela relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 16/12/2021 – 9h – 163ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1675786&filename=PL+10562/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Alienação Parental, Crianças e Adolescente, Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental
Câmara	PL 1079/2015	Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dados Complementares: Institui campanhas permanentes de combate à alienação parental.	Rômulo Gouveia	08.04.2015	APENSADO AO PL 7569/2014			16.12.2021	PLEN	Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 7.352, de 2017, adotada pela relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Sessão Deliberativa Extraordinária Virtual de 16/12/2021 – 9h – 163ª Sessão).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1318750&filename=PL+1079/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Alienação Parental Campanha de combate da Alienação Parental
Câmara	PL 788/2019	Dispõe sobre a proteção ao nascituro.	Flordelis	13.02.2019	APENSADO AO PL 8116/2014			12.03.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/03/19 PAG 429.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1710624&filename=PL+788/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Aborto
Câmara	PL 1248/2019	Acrescenta o dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, - Lei dos Juizados especiais para estabelecer que o pagamento de pena pecuniária possa ser destinado ao fundo gerido pelo CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao fundo gerido pelo CENCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Geninho Zuliani	27.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Bilac Pinto	CCJC	04.08.2022	CCJC	O Relator, Dep. Bilac Pinto, deixou de ser membro da Comissão	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715668&filename=PL+1248/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e adolescente CONANDA
Câmara	PL 226/2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.	Roberto De Lucena	04.02.2019	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO Senado	Daniela Do Waguinho	PLEN	06.08.2021	MESA	Despacho exarado no Requerimento n. 1.397/2021, conforme o seguinte teor: "Prejudicado, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 226/2019 já concluiu sua tramitação no âmbito desta Câmara. Publique-se."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707015&filename=PL+226/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Disque 180 Atendimento à Mulher Denúncia de violência contra a mulher
Câmara	PL 1697/2019	Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.	José Medeiros	21.03.2019	APENSADO AO PL 247/2007			11.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/04/19 PAG 208.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1722541&filename=PL+1697/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e adolescente ECA. Aumento da pena ao Médico ou Professor por omissão envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente
Câmara	PL 5941/2013	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	Anderson Ferreira	10.07.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Lucas Gonzalez	CTASP	24.03.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 23/12/2019 a 24/03/2021 22:07:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1108742&filename=PL+5941/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Lei Rouanet Induzimento ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.
Senado	PLC 84/2017	Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.	Câmara	16.08.2017	EM TRAMITAÇÃO	Rodrigo Cunha	CCJ	25.02.2021	CCJ	Devolvido pelo relator, Senador Rodrigo Cunha, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dme=7106112	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, código Civil, Mediação familiar, divórcio, sistema de justiça
Câmara	PL 4565/2019	Atualiza a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e dá outras providências.	Alexandre Padilha	20.08.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Eduardo Costa	CSSF	21.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4569/2020. apensa-se a este o PL 668/2022	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1793268&filename=PL+4565/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	segurança pública, Drogas Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)
Câmara	PL 715/2019	Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.	Marília Arraes	13.02.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Tia Eron	CFT	27.04.2022	CFT	(Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Tia Eron, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712120&filename=PL+715/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, Exercício Profissional, Seguridade Social Assistência Psicológica, SUS
Câmara	PL 10024/2018	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.	Maria Do Carmo Alves	11.04.2018	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO Senado	Shéridan	CCJC	22.12.2021	MESA	Desapensação do PL 4.972/2013 deste, em razão do seu arquivamento nos termos do art. 163 c/c § 4º do art. 164, RICD.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1651188&filename=PL+10024/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Sistema de Justiça, Políticas para as Mulheres, Maria da Penha, Dispositivo móvel, segurança pública

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 2693/2019	Institui a Política Nacional de Atendimento à Gestante.	Lafayette De Andrada	08.05.2019	APENSADO AO PL 7633/2014			11.06.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em aviso e no DCD de 12/06/19 PÁG 78.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742948&filename=PL+2693/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Seguridade Social, Exercício Profissional, Mulheres, Gestante, assistência à saúde, parto
Câmara	PL 2777/2019	Estabelece a necessidade de coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança	Talíria Petrone	09.05.2019	APENSADO AO PL 2653/2019			08.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-96/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1744486&filename=PL+2777/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBTQIA+, segurança pública, assistência social e saúde
Câmara	PL 2653/2019	Dispõe sobre a proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais.	David Miranda	07.05.2019	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			04.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3298/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742129&filename=PL+2653/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBTQIA+, Segurança pública
Senado	PL 4414/2020	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre regras de adoção a serem adotadas em situações de pandemia ou calamidade pública.	Fernando Bezerra Coelho	01.09.2020	EM TRAMITAÇÃO			16.06.2021	PLEN	Juntada à página oficial da matéria cópia eletrônica de Nota Técnica da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, manifestando-se contrariamente à aprovação do PL nº 4.414, de 2020. À SLSF, por devolução.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8885104		Direitos Humanos	Criança e adolescente, ECA, Adoção na pandemia
Senado	PL 2288/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a elaboração de planos emergenciais de proteção dos segmentos mais vulneráveis da população e proibir a adoção de regras que permitam preterir, em relação aos outros pacientes, as pessoas desses segmentos vulneráveis.	Mara Gabrilli	29.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			29.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8101328		Direitos Humanos	pandemia, pessoas em situação de rua
Câmara	PL 5654/2016	Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em Mulheres durante o trabalho de parto.	Maria do Carmo Alves	22.06.2016	Transformado na Lei Ordinária 14326/2022. DOU 13.01.22 PÁG 01 COL 02.	Diego Garcia	CCP	26.04.2022	MESA	Recebimento do Ofício nº 318/2022 (SF) que comunica restituição ao Senado Federal pela Presidência da República do autógrafo do projeto de lei sancionado.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1470250&filename=PL+5654/2016	Aprovada pelo Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Lei de Execução Penal (LEP)
Senado	PL 555/2022	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para garantir à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assegurar assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.	Maria do Carmo Alves											
Câmara	REQ 138/2021 CDHM	Requer autorização para celebração de Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Defensoria Nacional de Direitos Humanos.	Carlos Veras	12.11.2021				17.11.2021	CDHM	Aprovado. Subscrito pelo Deputado Helder Salomão.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=21104856&filename=REQ+138/2021+CDHM		Direitos Humanos	Sistema de Justiça, Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria
Câmara	PL 9419/2017	Requer autorização para celebração de Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Defensoria Nacional de Direitos Humanos.	Mariana Carvalho	19.12.2017	APENSADO AO PL 818/2015			23.04.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1264/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1634802&filename=PL+9419/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Memorando de Entendimento entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Procuradoria Federal dos Direitos do
Câmara	INC 117/2020	Sugere a inclusão dos órgãos do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública, e outras providências.	Sanderson	12.03.2020	AGUARDANDO RESPOSTA			20.04.2020	ISECM	Remessa por meio do Ofício 1ºSec/R/E nº 1158/2020, ao Ministro Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1865686&filename=NC+117/2020		Direitos Humanos	Criança e Adolescente, Inserir o Sistema Socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública
Senado	PLC 98/2018	Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.	Câmara	01.11.2018	EM TRAMITAÇÃO	Leila Barros	CAS	08.06.2022	PLEN	Anexad o texto revisado. Minuta	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7881410	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Saúde Mental, Políticas para as Mulheres Avaliação psicológica de gestantes e puérperas.
Câmara	PL 237/2019	Dispõe sobre a exigência de atestado de antecedentes criminais para a admissão em estabelecimentos de ensino regular e pré-escolas, públicos e privados, destinados ao atendimento de crianças, conforme específica	Ney Leprevost	04.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Kim Kataguirí	CE	30.06.2022	CE	Apresentação do Parecer do Relator n. 4 CE, pelo Deputado Kim Kataguirí (UNIÃO/SP). Parecer do Relator, Dep. Kim Kataguirí (UNIÃO-SP), pela aprovação do projeto, do PL 974/2019, do PL 1699/2019, do PL 4388/2020, do PL 2353/2019, e do PL 52/2020, apensados, com substitutivo.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707060&filename=PL+237/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Educação, Criança e Adolescente Exigência de atestado de antecedentes criminais para a admissão em estabelecimentos de ensino: pré-escolas, públicos e privados
Senado	PL 2140/2020	Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.	Rogério Carvalho	23.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			23.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 30/04/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8099594		Direitos Humanos	Combate à Tortura
Câmara	PL 2587/2019	Altera a Lei nº 4.119, de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo para permitir o atendimento a casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual.	Pastor Sargento Isidório	29.04.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Tiago Miraud	CTASP	29.04.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 15/04/2021 a 29/04/2021 16:40:00). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1739283&filename=PL+2587/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Diversidade Sexual e Gênero
Senado	PL 1577/2020	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.	Fabiano Contarato	06.04.2020	EM TRAMITAÇÃO			06.04.2020	PLEN	Encaminhado à publicação no DSF de 09/04/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8089693		Direitos Humanos	População de Rua
Câmara	PL 10877/2018	Estabelece causa de aumento de pena para a prática de pedofilia encontrando-se a vítima dormindo.	Lincoln Portela	16.10.2018	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Paula Belmonte	CSSF	29.08.2022	CSSF	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pela Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF). Parecer da Relatora, Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), pela aprovação deste e do PL 2856/2019, apensado, com substitutivo.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686866&filename=PL+10877/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Aumento de pena para a prática de pedofilia

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 1214/2019	Acrescenta artigo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.	Erika Kokay, Natália Bonavides	27.02.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Erio Verri	CFT	01.08.2022	CFT	Apresentação do Requerimento n. 39/2022, pelo Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP), que "Requer realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.214/2019, que acrescenta artigo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que 'Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, nos arts. 119 e 120 do Código Penal'".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715553&filename=PL+1214/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Exercício Profissional 30 Horas
Câmara	PL 2927/2019	Assegura às pessoas que mantêm união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.	Márcio Jerry	16.05.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)	Carlos Veras	CDHM	12.11.2019	CDHM	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 31/10/2019 a 12/11/2019). Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1748368&filename=PL+2927/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	População LGBTQIA+ Diversidade Sexual Habitação
Câmara	PL 3492/2019	Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.	Carla Zambelli, Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro, Otaci Nascimento	12.06.2019	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Pedro Lupion	CCJC	16.08.2021	MESA	Deferido o Requerimento n. 1.344/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro. Publique-se".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1763923&filename=PL+3492/2019	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Ideologia de Gênero
Câmara	PEC 115/2015	Altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 227-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial.	Vicentinho	19.08.2015	APENSADA À PEC 295/2008			25.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-422/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1374264&filename=PEC+115/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Igualdade Racial
Senado	PEC 29/2015	Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca "da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.	Magno Malta, Acir Gurgacz, Aécio Neves e Outros	18.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Juiza Selma	CCJ	04.05.2020	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Juiza Selma, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3455035	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Aborto
Senado	PLS 394/2017	Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente.	Randolfo Rodrigues	18.10.2017	EM TRAMITAÇÃO	Rose De Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7235975	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Criança e Adolescente
Senado	PLS 291/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.	Gleisi Hoffmann	19.05.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rose de Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4304726	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Código Penal Injúrias por razão de Gênero, Minorias
Senado	PLS 428/2018	Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de reincidência.	José Medeiros	31.10.2018	EM TRAMITAÇÃO	Humberto Costa	CDH	17.03.2022	CDH	Avocada a relatoria pelo Presidente da Comissão, Senador Humberto Costa (art. 129 do RISF).	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7881437	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Medidas Socioeducativas
Senado	PLS 439/2018	Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	Marta Suplicy	20.11.2018	EM TRAMITAÇÃO	Izalci Lucas	CAS	23.09.2021	CAS	Redistribuído ao Senador Izalci Lucas, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7867412	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Adoção
Senado	PL 556/2019	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para elevar a pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, e criar nova causa de aumento de pena.	Eduardo Girão	07.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Juiza Selma	CCJ	04.05.2020	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Juiza Selma, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7912041	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Aborto
Senado	PL 848/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto.	Eduardo Girão	18.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Leila Barros	CDH	21.05.2019	CDH	Redistribuído à Senadora Leila Barros, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7918381	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Mulher, Adolescente Gravidez, Aborto
Senado	PL 1196/2019	Altera o art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.	Marcos Do Val	26.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Alessandro Vieira	CCJ	05.09.2019	CCJ	Distribuído ao Senador Alessandro Vieira, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7921805	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA, Aumento de Pena
Senado	PL 1120/2019	Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.	Lasier Martins	26.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Soraya Thronicke	CDH	20.06.2022	CDH	Em reunião realizada em 20/06/2022, a apreciação da matéria foi adiada.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7921147	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA
Senado	PEC 8/2019	Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal. Disponibiliza às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto.	Veneziano Vital Do Rêgo, Alessandro Vieira, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Confúcio Moura e outros	20.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Rose de Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7920037	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Mulher, Pré-natal, Parto e o Pós-parto Equipe Multiprofissional Atendimento Psicológico
Senado	PL 860/2019	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero.	Alessandro Vieira	19.02.2019	EM TRAMITAÇÃO	Maiza Gomes	CDH	10.11.2021	PLEN	Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 701, de 2019, de tramitação conjunta, em 15 de abril de 2021, pela Comissão Diretora do Senado, os Projetos de Lei nºs 860 e 4.240, de 2019, retornam à CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7918887	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Minorias
Senado	PL 1545/2019	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 6 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o abandono material e intelectual de criança ou de adolescente.	Marcos do Val	19.03.2019	EM TRAMITAÇÃO	Fabiano Contarato	CCJ	18.02.2021	CCJ	Redistribuído ao Senador Fabiano Contarato, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7928972	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA, Código Penal

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Senado	PL 2709/2019	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.	Romário	08.05.2019	EM TRAMITAÇÃO	Paulo Paim	CDH	20.08.2020	PLEN	Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Ofício nº 265/19-SEC, da Câmara Municipal de Barbacena - MG.À SLSF, por devolução.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7949640	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Pessoa com Deficiência
Câmara	PL 7197/2002	Acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.	Ademir Andrade	05.09.2002	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Aliel Machado	PL719702	19.05.2021	PLEN	Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 1101/2021, pelo Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), que "Requer a Criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.197, de 2002, do	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=90715&filename=PL+7197/2002	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA Socioeducativo
Câmara	PL 70/1995	Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.	José Coimbra	22.02.1995	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Agnelo Queiroz	CSSF	18.11.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2232/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=14582&filename=PL+70/1995	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	População LGBTQIA+ Mudança de Sexo
Câmara	PL 313/2007	Altera a Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.	Maurício Trindade	06.03.2007	APENSADO AO PL 3897/2021 (Nº ANTERIOR: PLS 107/2018)	Diego Garcia	CSSF	22.12.2021	MESA	Apense-se este ao PL-3897/2021 (Nº Anterior: PLS 107/2018).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=439725&filename=PL+313/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Planejamento Familiar Políticas para as Mulheres
Câmara	PL 478/2007	Dispõe sobre o Estatuto do Nascturo e dá outras providências.	Luiz Bassuma, Miguel Martini	19.03.2007	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Emanuel Pinheiro Neto	CMULHER	31.05.2022	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 943/2022, pela Deputada Chris Tonietto (PL/RJ), que "Requer a despenção do Projeto de Lei n. 4.149, de 2019, que institui a Semana Nacional do Nascturo"	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584&filename=PL+478/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Aborto
Câmara	PL 580/2007	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.	Clodovil Hermendes	27.03.2007	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	João Campos	CSSF	24.04.2019	CSSF	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=446458&filename=PL+580/2007	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	População LGBTQIA+ União Homoafetiva Código Civil
Câmara	PL 4914/2009	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Esta lei acrescenta disposições à Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, relativas à união estável de pessoas do mesmo sexo.	José Genoíno, Manuela D'Ávila, Maria Helena, Celso Russomanno, Ivan Valente	25.03.2009	APENSADO AO PL 580/2007			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=641237&filename=PL+4914/2009	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	População LGBTQIA+ União Homoafetiva Código Civil
Câmara	PL 5069/2013	Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Eduardo Cunha, Isaias Silvestre e outros	27.02.2013	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Evandro Gussi	CCJC	15.07.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2451/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061163&filename=PL+5069/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Aborto Código Civil
Câmara	PEC 171/1993	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).	Benedito Domingos	19.08.1993	AGUARDANDO APRECIACÃO PELO Senado	Laerte Bessa	PEC17193	27.08.2015	PLEN	Apresentação do Recurso contra decisão do Presidente da CD em Questão de Ordem (Art. 95, § 8º, RICD) n. 63/2015, pelo Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que: "Contra o despacho indeferitório à Questão de Ordem nº 98, de 2015". DCD de 27/08/15 PÁG 527.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=13945&filename=PE+C+171/1993	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Adolescente Imputabilidade Penal do maior de 16 anos
Câmara	PL 882/2015	Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências.	Jean Wyllys	24.03.2015	APENSADO AO PL 313/2007			30.04.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-806/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313158&filename=PL+882/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, Saúde Sexual Direitos Reprodutivos Aborto
Câmara	PL 7633/2014	Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.	Jean Wyllys	29.05.2014	APENSADO AO PL 6567/2013	Lelo Coimbra	CE	29.07.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4021/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1257785&filename=PL+7633/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para as Mulher Ciclo Gravídico-Puerperal
Câmara	PL 6583/2013	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	Anderson Ferreira	16.10.2013	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA); COMISSÃO EM FUNCIONAMENTO	Diego Garcia	PL658313	06.11.2015	MESA	Indeferido o Requerimento n. 3.379/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero a retrada de assinatura do Recurso n. 77/2015, contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei n. 6.583/2013, nos termos do art. 102, § 4º, do Regimento Interno da Câmara.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Estatuto da Família
Câmara	PL 6022/2013	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	Poder Executivo	06.08.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Lauriete	CMULHER	25.05.2022	CMULHER	Deferido.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1112500&filename=PL+6022/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
Câmara	PDC 16/2015	Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.	Pr. Marco Feliciano	17.03.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)			12.03.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1309811&filename=PDC+16/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	População LGBTQIA+ Diversidade Sexual e gênero
Câmara	PL 8330/2015	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22º.	Humberto Costa	09.01.2015	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Margarete Coelho	CCJC	19.11.2019	CCJC	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pela Deputada Margarete Coelho (PP-PI). Parecer da Relatora, Dep. Margarete Coelho (PP-PI), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295993&filename=PL+8330/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres
Câmara	PL 8032/2014	Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.	Jandira Feghali	28.10.2014	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM)	Márcio Jerry	CDHM	11.05.2022	CDHM	Designado Relator, Dep. Márcio Jerry (PCdoB-MA)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1282632&filename=PL+8032/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	LGBTQIA+ Pessoas Transexuais e Transgêneros. Maria da Penha

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 6622/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as Mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	Carlos Sampaio	23.10.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Diego Garcia	CSSF	10.05.2022	CCP	Designado Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=116651&filename=PL+6622/2013	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Código Penal
Câmara	PL 2976/2008	Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social	Cida Diogo	11.03.2008	APENSADO AO PL 70/1995			19.03.2008	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 20/03/08 PÁG 10189 COL 01.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=543460&filename=PL+2976/2008	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBTQIA+ Nome Social
Câmara	PL 2665/2007	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras	Rodvalho	18.12.2007	APENSADO AO PL 6418/2005			26.11.2014	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-8127/2014.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=533295&filename=PL+2665/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Igualdade Racial Código Penal
Câmara	PL 81/2007	Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.	Fátima Bezerra	08.02.2007	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA)	Paulo Teixeira	CCJC	31.10.2007	MESA	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=34408&filename=PL+81/2007	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	LGBTQIA+ Homofobia
Câmara	PL 3212/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.	Marcelo Crivella	06.10.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Caroline De Toni	CCJC	10.03.2021	CCJC	(Instalação da Comissão) A Relatora, Dep. Caroline de Toni, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 03/02/2020)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=139636&filename=PL+3212/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA
Câmara	PEC 181/2015	Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.	Aécio Neves	16.12.2015	AGUARDANDO CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Jorge Tadeu Mudalen	PEC18115	05.04.2022	PLEN	Ato da Presidência: Cria Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=142592&filename=PEC+181/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, Aborto Licença-maternidade em caso de parto prematuro
Câmara	PL 6567/2013	Altera o art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Gim Argello	14.10.2013	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Diego Garcia	CE	01.06.2022	CE	Apresentação do Requerimento n. 952/2022, pela Deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), que "Requer a desanulação do Projeto de Lei nº 516/2022 do Projeto de Lei nº 878/2019."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=115788&filename=PL+6567/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Parto Humanizado SUS
Câmara	PEC 246/2016	Altera o art. 203 da Constituição Federal para incluir o amparo à mulher vítima de violência entre os objetivos da assistência social.	Marta Suplicy	16.06.2016	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Soraya Santos	CCJC	21.09.2016	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado em avulso e no DCD de 22/09/16 PÁG 104 COL 01, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=146906&filename=PEC+246/2016	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, Vítimas de Violência, Amparo Social
Câmara	PL 1432/2011	Dispõe sobre a adoção tardia.	Jorge Tadeu Mudalen	25.05.2011	APENSADO AO PL 9963/2018	Geovania De Sá	CSSF	05.08.2022	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-2102/2022.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=876754&filename=PL+1432/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Adoção Adoção Tardia
Câmara	PL 6418/2005	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.	Paulo Paim	14.12.2005	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Henrique Afonso	CDHM	17.05.2022	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1163/2022	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=365043&filename=PL+6418/2005	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Igualdade Racial Discriminação resultante de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem
Câmara	PL 9963/2018	Altera o §7º do artigo 47 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre adoção.	Rubens Pereira Júnior	11.04.2018	APENSADO AO PL 9963/2018			20.04.2018	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/04/18 PÁG 94 COL 01.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1650477&filename=PL+9963/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA, Adoção
Câmara	PL 9622/2018	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Erika Kokay	22.02.2018	AGUARDANDO Apreciação PELO SENADO FEDERAL	Diego Garcia	CCJC	17.05.2022	MESA	Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=164121&filename=PL+9622/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual
Câmara	PL 6061/2013	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.	Hugo Leal	08.08.2013	APENSADO AO PL 6022/2013			04.06.2021	CMULHER	Recebimento pela CMULHER, apensado ao PL-6022/2013	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1113876&filename=PL+6061/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual
Câmara	PL 7490/2014	Tipifica a violência psicológica.	Fábio Trad	06.05.2014	APENSADO AO PL 6622/2013			19.02.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-64/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1250465&filename=PL+7490/2014	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Maria da Penha Tipifica a violência psicológica. Assédio psicológico
Câmara	PL 8324/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	Angela Portela	19.12.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Dr. Zacharias Calil	CSSF	12.08.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Segurança Social e Família Publicado em avulso e no DCD de 13/08/21 PÁG 624, Letra A.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1295275&filename=PL+8324/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA Medicização
Câmara	PL 620/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.	Júlia Marinho	06.03.2015	APENSADO AO PL 1432/2011	Luiza Erundina	CDHM	22.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4796/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1306827&filename=PL+620/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA, vedação por casal homoafetivo, LGBTQIA+

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 40/2015	Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coloristas.	Sergio Vidigal	02.02.2015	APENSADO AO PL 287/2003			24.11.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-287/2003	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296744&filename=PL+40/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBOIA+ Banco de Sangue Discriminação sexual
Câmara	PL 287/2003	Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.	Laura Carneiro	11.03.2003	APENSADO AO PL 2353/2021	José Eduardo Cardozo	CCJC	24.11.2021	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-2353/2021	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=113308&filename=PL+287/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBOI+ Discriminação sexual Doador de Sangue
Câmara	PEC 66/2003	Dá nova redação aos arts. 3º e 7º da Constituição Federal.	Maria do Rosário	27.05.2003	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA	Nelson Pellegrino	CCJC	19.02.2019	MESA	Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-48/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=135526&filename=PEC+66/2003	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Probe diferença salarial por motivo de discriminação, orientação sexual e outros
Câmara	PDC 30/2015	Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais - CNCD/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transsexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."	Eros Biondini, Fausto Pinato, José Bengtson e outros	26.03.2015	APENSADO AO PDC 16/2015			26.04.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-1337/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1314594&filename=PDC+30/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBOIA+ Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD)
Câmara	PL 1/2015	Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.	Ricardo Barros	02.02.2015	APENSADO AO PL 604/2011			15.08.2019	CCJC	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-604/2011	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296738&filename=PL+1/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA Código de Conduta Punição
Câmara	PDC 26/2015	Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais e dá outras providências	Ezequiel Teixeira	25.03.2015	APENSADO AO PDC 16/2015			12.03.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-660/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1313528&filename=PDC+26/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBOIA+ Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD)
Câmara	PDC 18/2015	Ficam sustados os efeitos do das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.	Jair Bolsonaro	17.03.2015	APENSADO AO PDC 17/2015			21.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-108/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1310126&filename=PDC+18/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	LGBOIA+ Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD)
Câmara	PL 2383/2003	Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências.	Maninha	29.10.2003	AGUARDANDO DELIBERAÇÃO DO RECURSO NA MESA DIRETORA DA Câmara (MESA)	Alexandre Cardoso	CCJC	29.03.2006	MESA	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1760248&filename=PL+2383/2003	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Saúde Suplementar, Planos de Saúde Discriminação, Orientação sexual
Câmara	PL 7563/2014	Desburocratiza o processo de adoção.	Arnaldo Jordy	14.05.2014	APENSADO AO PL 1432/2011	Carmen Zanotto	CSSF	14.02.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-437/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1253259&filename=PL+7563/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Desburocratização Adoção
Câmara	PL 42/2015	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.	Sergio Vidigal	02.02.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Margarete Coelho	CCJC	30.06.2022	CCJC	Recebimento pela CCJC.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296746&filename=PL+42/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, Maria da Penha, Atendimento policial ininterrupto como direito fundamental da mulher
Câmara	PL 1454/2015	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Roberto Alves	07.05.2015	AGUARDANDO APECIAÇÃO PELO Senado	Jerônimo Goergen	CCJC	22.11.2017	MESA	Remessa ao Senado por meio do Of. nº 300/2017/PS-GSE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1330805&filename=PL+1454/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e Adolescente Semana Nacional de Combate a sexualização de crianças e adolescente
Câmara	PL 7307/2014	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.	Rogério Peninha Mendonça	26.03.2014	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Leandre	CSSF	04.11.2021	CSSF	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1239047&filename=PL+7307/2014	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e adolescente, ECA, Prever sanções à criança e adolescente
Câmara	PL 44/2015	Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.	Sergio Vidigal	02.02.2015	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Subtenente Gonzaga	CCJC	08.08.2019	CCJC	O Relator, Dep. Subtenente Gonzaga, deixou de ser membro da Comissão	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296748&filename=PL+44/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e adolescente Maria da Penha Substitui termo "menor" por criança e adolescente
Câmara	PL 10876/2018	Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dados Complementares: Inclui no rol das medidas protetivas de urgência a suspensão do poder familiar do agressor.	Lincoln Portela	16.10.2018	APENSADO AO PL 6998/2017			16.04.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-6998/2017	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=169866&filename=PL+10876/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Lei Maria da Penha, medida protetiva de urgência, interrupção, poder familiar, agressor, violência contra a mulher
Câmara	PL 6998/2017	Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir a medida protetiva de prestação de alimentos provisionais ou provisórios aos filhos menores.	Flávia Moraes	22.02.2017	APENSADO AO PL 3244/2020	Mário Heringer	CSSF	16.04.2021	CSSF	Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-3244/2020	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1527382&filename=PL+6998/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres, Maria da Penha, Medida protetiva de urgência, Pensão alimentícia
Câmara	PL 11105/2018	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	Eros Biondini	04.12.2018	APENSADO AO PL 478/2007			20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-265/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-305/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-323/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1697516&filename=PL+11105/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Aborto

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Senado	PLS 90/2015	Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.	Humberto Costa	04.03.2015	EM TRAMITAÇÃO	Rose De Freitas	CCJ	27.11.2019	CCJ	Devolvido pela relatora, Senadora Rose de Freitas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4428697	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Direitos Humanos	Estatuto do Idoso ECA Maria da Penha Aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.
Senado	PLC 154/2017	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Câmara	29.11.2017	EM TRAMITAÇÃO	Marcos Rogério	CDH	25.06.2020	CDH	Redistribuído ao Senador Marcos Rogério, para emitir relatório.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7307600	Deliberação pelo Plenário	Direitos Humanos	Criança e adolescente
Câmara	PL 9963/2018	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer que a guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença.	Aécio Neves	05.04.2018	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			28.09.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3008/2021 (Nº Anterior: PLS 143/2016).	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1649100&filename=PL+9963/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e adolescente ECA, Adoção
Câmara	PL 5167/2009	Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Capitão Assunção, Paes de Lira	05.05.2009	APENSADO AO PL 580/2007			22.02.2019	MESA	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019. Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-328/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=653047&filename=PL+5167/2009	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Criança e adolescente ECA Adoção
Câmara	PLP 367/2017	Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.	Cristovam Buarque	26.04.2017	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Shérildan	CCJC	14.09.2021	MESA	Arquivado o PLP 65/2020, nos termos do art. 54, combinado com o § 4º do artigo 58 do RICD (inconstitucionalidade e/ou injuridicidade). Desapensação automática do Projeto de Lei Complementar 65/2020, apensado ao PLP 40/2015, em face do arquivamento do PLP 65/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1550457&filename=PL+367/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e adolescente Crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.
Câmara	PL 7352/2017	Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para determinar a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental.	Ronaldo Caiado	06.04.2017	TRANSFORMADO NA LEI ORDINÁRIA 14340/2022	Rose de Freitas	PLEN	18.05.2022	MESA	Transformado na Lei Ordinária 14340/2022. DOU 19/05/22 PÁG 01 COL 01	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1543512&filename=PL+7352/2017	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Alienação Parental
Senado	PL 634/2022 (PL 7352/2017 NA CÂMARA)	Recebido pela Câmara (PL 7352/2017 NA CÂMARA) Altera as Leis nºs 12.318, de 26 de agosto de 2010, e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para modificar procedimentos relativos à alienação parental.	Ronaldo Caiado	06.04.2017	INCLuíDA EM ORDEM DO DIA	Rose de Freitas	PLEN	28.04.2022	PLEN	Remetido Ofício SF nº 322, de 28/04/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem SF nº 86/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152272	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Políticas para as Mulheres Alienação Parental
Senado	SUG 5/2016	Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo.	Programa E-Cidadania	12.04.2016	EM TRAMITAÇÃO	Paulo Rocha	CDH	23.02.2021	CDH	Devolvido pelo relator, Senador Paulo Rocha, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=289386		Direitos Humanos	Gênero Igualdade Racial
Câmara	PDC 1041/2018	Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Altônia, Guaira e Terra Roxa no Estado do Paraná.	Sergio Souza	16.10.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)	Pedro Lupion	CAPADR	21.03.2019	CAPADR	Designado Relator, Dep. Pedro Lupion (DEM-PR)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686854&filename=PDC+1041/2018	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Povos Indígenas Susta despacho da Funai Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá.
Câmara	PL 490/2007	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Homero Pereira	20.03.2007	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	CCJC	24.11.2021	PLEN	Apresentação do Requerimento n. 2459/2021, pela AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DES. RURAL, que "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 490/2007 e do Projeto de Lei n.º 6.299/2002".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=444088&filename=PL+490/2007	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Povos Indígenas
Câmara	PL 348/2011	Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	Hugo Leal	09.02.2011	APENSADO AO PL 7197/2002	Carmen Zanotto	CCSSF	10.11.2016	PL719702	Recebimento pela PL719702, apensado ao PL-7197/2002	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=838767&filename=PL+348/2011	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA Antecedentes Maioridade
Câmara	PL 737/2022	Criminaliza as condutas de quem submete outra pessoa a terapia de conversão, anuncia ou promove terapia de conversão, obtém, direta ou indiretamente, vantagem material oriunda de terapia de conversão.	Bacelar	29.03.2022	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)		CCJC	12.04.2022	CCJC	Recebimento pela CCJC.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2153215&filename=PL+737/2022	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	população LGBTQIA+
Câmara	PL 788/2022	Acrescenta artigos ao Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, para tipificar o crime de assédio sexual, perseguição (stalking) e de violência psicológica contra a mulher.	Renata Abreu	30.03.2022	APENSADO AO PL 6988/2002			30.03.2022	MESA		https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2154045&filename=PL+778/2022		Direitos Humanos	Política de proteção à mulher, violência psicológica
Câmara	PL 1874/2015	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Victor Mendes	11.06.2015	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	Eduardo Barbosa	CE	20.04.2022	MESA	Apresentação do Requerimento n. 603/2022, pela Deputada Clainissa Garolinho (UNIÃO/RJ), que "Requer a desapensação do PL 11147 de 2018 do PL 1874 de 2015".	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1347104&filename=PL+1874/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	
Câmara	PL 1874/2015	Altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Victor Mendes	11.06.2015	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Eduardo Barbosa	CE	04.05.2022	CE	À CE, Mem. nº 60/22 solicitando devolução de proposições.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1347104&filename=PL+1874/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Proteção de direitos da pessoa no espectro autista
Câmara	PL 4251/2021	Institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER).	Bosco Costa (PL-SE)	30.11.2021	Aguardando constituição de comissão especial pela Mesa; Aguardando constituição de comissão especial pela Mesa	Vivi Reis (PSOL-PA)	CMULHER	17.05.2022	MESA	Apresentação do Requerimento n. 767/2022, pelo Deputado Bosco Costa (PL/SE), que "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário desta Casa, do Projeto de Lei nº 4251/2021, que "Institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER)".	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2116334	Urgência (Art. 155, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	proteção da mulher, violência doméstica
Câmara	PL 522/2022	Modifica a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a fim de conceituar dado neural e regulamentar a sua proteção.	Carlos Henrique Gaguim (REPUBLIC-TO)	23.03.2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família		CCSSF	23.03.2022	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/03/2022.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2146384	Ordinária (Art. 151, III, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 1795/2022	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de Prescrição de terapia de reversão de orientação sexual.	David Miranda (PDT-RJ)	28.06.2022	Apensado ao PL 737/2022		CCJC	01.07.2022	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 02/07/2022.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2192416	Ordinária (Art. 151, III, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Cura gay, Terapia de Conversão, LGBTQIA+
Câmara	PL 1168/2019	Altera o art. 3º da Lei 8.242 de 12 de outubro de 1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.	Vilson Da Fetaemg	26.02.2019	PRONTA PARA PAUTA NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Leandre	CSSF	15.12.2021	CSSF	Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pela Deputada Leandre (PV/PR). Parecer da Relatora, Dep. Leandre (PV/PR), pela aprovação, com emenda.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715067&filename=PL+1168/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Criança e Adolescente	Criança e adolescente CONANDA
Câmara	PL 3348/2020	Inserir dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para prever a suspensão da exigibilidade das contribuições profissionais de enfermeiros.	Rubens Otoni	16.06.2020	Apensado ao PL 1263/2020		CTASP	10.03.2021	CTASP	Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-1263/2020	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255257	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais, Pandemia	Anuidades Suspensão da contribuição de enfermeiros
Câmara	PL 4364/2012	Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	Poder Executivo	31.08.2012	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Carla Dickson	CSSF	11.10.2021	CSSF	Designada Relatora, Dep. Carla Dickson (PROS-RN)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1022344&filename=PL+4364/2012	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Sistema Conselhos de Psicologia, Altera a Lei do CFP e CRPs
Câmara	PL 4573/2021	Altera dispositivos da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamentação da profissão de psicólogo.	Shéridan	20.12.2021	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)		CTASP	08.02.2022	CTASP	Recebimento pela CTASP.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=21288&filename=PL+4573/2021	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Conselhos Profissionais	Sistema Conselhos de Psicologia, Altera a Lei do CFP e CRPs
Senado	PLS 414/2018	Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.	Dalirio Beber	17.10.2018	EM TRAMITAÇÃO	Espíridio Amin	CCJ	11.03.2020	CCJ	Na 9ª Reunião Ordinária realizada nesta data, o Senador Espíridio Amin faz a leitura do relatório e a Presidência encerra a discussão, ficando adiada a votação da matéria.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7876600	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Conselhos Profissionais	Conselhos Profissionais
Câmara	PL 1263/2020	Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais.	Júnior Mano	30.03.2020	APENSADO AO PL 3979/2019			26.10.2021	MESA	Deferido o Requerimento n. 431/2021, conforme despacho do seguinte teor: Defiro o Requerimento n. 431/2021, nos termos dos arts. 142 e 143, II, "b", e parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara. Apense-se, pois, o Projeto de Lei n. 1.263/2020, com seus apensados, ao Projeto de Lei n. 3.979/2019. Assim, revejo o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 3.979/2019, para submetê-lo ao Regime de Tramitação em Prioridade (art. 151, II, do RICD). Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 3.979/2019: CTASP. CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de tramitação: prioridade (art. 151, II, do RICD).]	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1871643&filename=PL+1263/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 4184/2019	Concede isenção de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.	Roberto de Lucena	02.08.2019	APENSADO AO PL 313/2019			09.08.2019	CTASP	Recebimento pela CTASP.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1784458&filename=PL+4184/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 313/2019	ISENTA de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.	Rubens Otoni	04.02.2019	APENSADO AO PL 7050/2017	Mauro Nazif	CTASP	26.09.2019	MESA	Deferido o Requerimento n. 2.350/2019, conforme o seguinte despacho: Defiro o Requerimento n. 2.350 /2019, nos termos dos arts. 142 e 143, II, "b", do Regimento Interno da Câmara. Apense-se o Projeto de Lei nº 313/2019 e seus apensados ao Projeto de Lei nº 7.050/2017. Em consequência, revejo o despacho de distribuição aposto ao Projeto de Lei nº 7.050/2017 para incluir como competente quanto ao seu mérito a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL Nº 7.050/2017: CTASP; CIDOSO; CFT (mérito e art. 54 do RICD) e CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões (art. 24, II, do RICD). Regime de tramitação: ordinário (art. 151, III, do RICD)].	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707412&filename=PL+313/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Senado	PL 4032/2019	Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer que a OAB prestará contas ao Tribunal de Contas da União e deverá garantir aos cidadãos o direito fundamental de acesso a informações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Juiza Selma	11.07.2019	EM TRAMITAÇÃO	Weverton	CCJ	24.03.2020	PLEN	Aguardando inclusão em Ordem do Dia, do Requerimento nº 125, de 2020, do Senador Weverton, que solicita tramitação conjunta do PL 4.032/2019 com o PL 393/2020.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7979580	Deliberação conclusiva pelas Comissões	Conselhos Profissionais	OAB Prestação de Contas ao TCU
Câmara	PL 513/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas	Fausto Pinato	27.02.2015	APENSADO AO PL 6253/2013			20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-234/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1304082&filename=PL+513/2015	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Proficiência
Câmara	PL 3340/2000	Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerá de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.	Renato Silva	28.06.2000	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Fábio Trad	CCJC	03.12.2020	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-3124/2020.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1720279&filename=PL+3340/2000	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Conselhos Profissionais	Criação de novos cursos superiores
Câmara	PL 6253/2013	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.	Wilson Filho	03.09.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Geovania De Sá	CTASP	20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-234/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1125464&filename=PL+6253/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Exame de Suficiência Registro Profissional
Câmara	PL 1004/2011	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.	Efraim Filho	12.04.2011	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Rogério Correia	CTASP	07.04.2021	CTASP	Designado Relator, Dep. Rogério Correia (PT-MG)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=858693&filename=PL+1004/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 8970/2017	Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.	Julio Lopes, Paulo Abi-Ackel	30.10.2017	AGUARDANDO CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA PELA MESA			21.05.2021	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-1591/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1616240&filename=PL+8970/2017	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Desburocratização de procedimentos administrativos

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 9663/2018	Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.	Pedro Cunha Lima	28.02.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Kim Kataguiri	CTASP	22.06.2021	CTASP	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Kim Kataguiri, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1641890&filename=PL+9663/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Listagem de Profissionais Credenciados
Câmara	PL 10615/2018	Altera a Lei nº 12.524, de 28 de outubro de 2011, para disciplinar a cobrança de contribuições pelos conselhos profissionais.	Chico D'Angelo	11.07.2018	APENSADO AO PL 7050/2017			19.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-162/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1676352&filename=PL+10615/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 11065/2018	Dispõe sobre a disponibilidade de acesso público às consultas e informações cadastrais relativas aos profissionais registrados nos conselhos de fiscalização.	Carlos Henrique Gaguim	28.11.2018	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)			20.02.2019	MESA	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-174/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1695914&filename=PL+11065/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Informações cadastrais relativas aos profissionais registrados
Câmara	PL 722/2019	Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.	André Fufuca	13.02.2019	APENSADO AO PL 1004/2011			04.09.2019	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-4630/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1710219&filename=PL+722/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 1885/2019	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.	José Medeiros	28.03.2019	APENSADO AO PL 7050/2017			16.04.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 17/04/19 PAG 295.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1725586&filename=PL+1885/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 1743/2020	Acresce § 3º ao art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para estabelecer redução temporária de anuidades devidas a entidades fiscalizadoras do exercício profissional em decorrência de pandemias, e dá outras providências.	Danio Coelho	09.04.2020	Apensado ao PL 3979/2019		CTASP	29.11.2021	Mesa	Desapensação deste do PL 856/2020, por ter sido o último retirado pelo Autor. Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979/2019"	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2247053	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 2635/2020	Altera a Lei nº 8.662, de 07 de JUNHO de 1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências".	Gervásio Maia	14.05.2020	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Flávia Moraes	CTASP	20.04.2021	CTASP	Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 01/04/2021 a 20/04/2021). Não foram apresentadas emendas.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252591	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades Suspensão da contribuição de assistentes sociais
Câmara	PL 1579/2020	Altera a Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965 para reduzir os valores das anuidades devidas por representantes comerciais aos respectivos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais por decorrência de situações de calamidade pública, surto, epidemia, pandemia, endemia ou guerra externa	Capitão Alberto Neto	06.04.2020	Apensado ao PL 3979/2019		CTASP	29.11.2021	Mesa	Desapensação deste do PL 856/2020, por ter sido o último retirado pelo Autor. Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979/2019"	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243100	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 3237/2020	Altera as leis que regulamentam a profissão de contador para atribuir aos Conselhos Regionais de Contabilidade a competência para instituir e cobrar as respectivas anuidades e multas.	Luis Tibé	09.04.2020	Apensado ao PL 3979/2019		CTASP	29.11.2021	Mesa	Desapensação deste do PL 856/2020, por ter sido o último retirado pelo Autor. Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979/2019"	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2247053	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 852/2020	Institui a suspensão do pagamento de jtons em casos de pandemia e estado de calamidade pública.	Kim Kataguiri	23.03.2020			Mesa	23.04.2021	Mesa	Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979/2019."	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241748&fichaAmigavel=na	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 7050/2017	Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.	Professor Victório Galli	08.03.2017	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Mauro Nazif	CTASP	14.12.2021	CCP	Memo nº 161/19 à CTASP, solicitando apensar o PL 313/19 ao de nº 7050/17.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2124768	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 3979/2019	Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.	Eduardo Bismarck	09.07.2019	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Rogério Correia	CTASP	29.11.2021	MESA	Deferido o Requerimento n. 2.294/2021, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro, com fundamento nos arts. 104, caput, e 114, VII, do Regimento Interno da Câmara. Em decorrência disso, apensem-se os Projetos de Lei ns 1.579/2020 e 1.743/2020 ao Projeto de Lei n. 3.979/2019. Apense-se a este(a) o(a) PL-1579/2020. Apense-se a este(a) o(a) PL-1743/2020."	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1776652&filename=PL+3979/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 4511/2019	Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dispõe sobre valores devidos a conselhos profissionais, para vedar a cobrança de taxa pelo cancelamento de registro.	José Medeiros	14.08.2019	APENSADO AO PL 7050/2017			28.08.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 29/08/2019.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1789923&filename=PL+4511/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 4771/2019	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.	Dra. Soraya Manato	29.08.2019	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Silvio Costa Filho	CTASP	02.05.2022	CTASP	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1799296&filename=PL+4771/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Disciplina regime de transparência da gestão financeira
Câmara	PL 600/2011	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.	Augusto Coutinho	24.02.2011	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Hiran Gonçalves	CCJC	27.04.2022	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Silvio Costa Filho, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=844778&filename=PL+600/2011	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 938/2020	Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado	Lucas Gonzalez	24.03.2020	APENSADO AO PL 11278/2018			11.03.2021	CE	Recebimento pela CE.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1870187&filename=PL+938/2020	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	PL 5557/2019	Alteram os dispositivos da lei nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado.	Lucas Gonzalez	16.10.2019	APENSADO AO PL 11278/2018			31.10.2019	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 01/11/19 PAG 167.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1822005&filename=PL+5557/2019	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 11278/2018	Institui a Política Nacional do Voluntariado.	Poder Executivo	28.12.2018	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)	Maria Rosas	CE	26.08.2021	CE	Devolvida à Relatora, Dep. Maria Rosas (REPUBLIC-SP)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1703519&filename=PL+11278/2018	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 5680/2013	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	Glauber Braga	29.05.2013	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Vitor Hugo	CCJC	27.04.2022	CCJC	(Instalação da Comissão) O Relator, Dep. Vitor Hugo, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2022)	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1094258&filename=PL+5680/2013	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais
Câmara	PEC 32/2020	Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.	Poder Executivo	03.09.2020	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO (PLEN)	Arthur Oliveira Maia	PEC03220	30.06.2022	CSPCCO	Apresentação da Proposta n. 1/2022, pela SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, que "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa".	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1928147&filename=PEC+32/2020	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Conselhos Profissionais	Reforma Administrativa
Senado	SUG 28/2018	Fim da anualidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas	Programa E-Cidadania	19.07.2018	Devolvido pelo Senador Vanderlan Cardoso, para redistribuição.	Irajá	CDH	11.08.2022	CDH	Devolvido pelo Senador Irajá, para redistribuição.	https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7820576		Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 3528/2021	Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais, durante pandemias, guerras ou estado de calamidade pública de alcance nacional.	Joice Hasselmann	14.10.2021	APENSADO AO PL 3331/2020			12.11.2021	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/11/2021.	http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2089211&filename=PL+3528/2021	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Conselhos Profissionais	Anuidades
Câmara	PL 3383/2021	Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.	Alessandro Vieira	17/02/2022	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Educação (CE)			07/03/2022	CCP	Recebimento pela CE.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2136601&filename=PL+3383/2021	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	Psicologia escolar
Câmara	PL 3890/2020	Cria o Estatuto da Vítima, com o intuito de defender os interesses de quem sofre diretamente danos físicos, emocionais ou econômicos ao ser vítima de crimes, desastres naturais ou epidemias.	Rui Falcão	21/07/2020	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa			7/4/2022	MESA	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 503/2022, pelo Deputado Rui Falcão (PT/SP) e outros, que "Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 3.890, 2020".	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2258347&fichaAmigavel=nao	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Pandemia e Emergências e Desastres
Câmara	PLP 235/2019	Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, e do art. 211 da Constituição Federal.	Flavio Arns	10/10/2019	PRONTA PARA PAUTA NO PLENÁRIO			25/04/2022	PLEN	Remetido Ofício SF nº 118, de 17/03/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autôgrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2318217	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Educação	
Câmara	PL 565/2022	Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do art. 13 da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.	Celina Ieão	14/03/2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CREDN)		CREDN	28/03/2022	MESA	As Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2317764		Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA
Senado	PL 557/2019	Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, para conceder prioridade a jovens egressos de instituições de acolhimento na seleção para o serviço militar.	Eduardo Girão	07/02/2019	PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Marcos do Val	CRE	24/03/2022	CRE	Reunida a Comissão nesta data, é lido o relatório, ficando a apreciação adiada.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135122		Direitos Humanos	Criança e Adolescente, serviço militar
Senado	PL 4147/2021	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre programas de atendimento ao homem para prevenção da violência contra a mulher.	Wellington Fagundes	24/11/2021	AGUARDANDO PARECER DO RELATOR NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CMULHER)	Carmen Zanotto	CMULHER	19/04/2022	CCP	Designada Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2318213	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	Maria da Penha
Senado	PL 3946/2021	Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.	Maiza Gomes	09/11/2021	Aprovada pelo Plenário, remetida a Câmara dos Deputados	Eliziane Gama			PLEN	Aprovada pelo Plenário, remetida a Câmara dos Deputados	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150706		Direitos Humanos	Políticas para mulheres
Câmara	PL 760/2022	Dispõe sobre incentivos fiscais destinados a promover o apoio à saúde mental de jovens e adolescentes e dá outras providências.	Jaqueline Cassol	29/03/2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO - AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE RELATOR QUE DEIXOU DE SER MEMBRO	Eleuses Paiva	CSSF	18/08/2022	CSSF	O Relator, Dep. Eleuses Paiva, deixou de ser membro da Comissão	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2318962		Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA
Senado	REQ 15/2022	Requer realização de audiência pública para tratar de retrocessos na luta antimanicomial.	Humberto Costa	04/04/2022	MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO		CDH		CDH	Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão em 04/04/2022.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135271		Direitos Humanos	Luta antimanicomial
Câmara	PL 852/2022	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para obrigar a cobertura de consultas ou sessões, em número ilimitado, com fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos, para o tratamento dos beneficiários com paralisia cerebral, Transtorno do Espectro Autista, deficiência física, intelectual, mental e com altas habilidades/superdotação.	Rejane Dias	06/04/2022	Apensado ao PL 2003/2019			19/04/2022	MESA	Apense-se à(ao) PL-2003/2019. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD) Inteiro teor Inteiro teor	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2319369	Recebimento pela CE.	Direitos Humanos	
Câmara	PL 867/2022	Estabelece condições para a realização de prevenção ao suicídio policial no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública.	Soraya Manato	06/04/2022	Apensado ao PL 4815/2019			12/04/2022	MESA	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/04/2022 PAG 464	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2319417			
Câmara	PL 861/2022	Dispõe sobre a avaliação e tratamento psicológico de puérperas pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, pertencentes ao Sistema Único de Saúde – SUS.	Francisco Jr	06/04/2022	Apensado ao PL 1704/2019			19/04/2022	MESA	Apense-se à(ao) PL-1704/2019. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2319411	Recebimento pela CSSF	Direitos Humanos	Políticas para mulheres

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS MONITORADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP

Casa	Projeto	Ementa	Autoria	Data da apresentação	Situação	Última Relatoria	Última Comissão	Data último andamento	Órgão último andamento	Último andamento	Texto	Forma de Apreciação	Eixo Temático	Categoria
Câmara	RIC 168/2022	Requer ao Ministério da Saúde informações a respeito da Portaria nº 596, de 22 de março de 2022, que revoga o incentivo financeiro de Custeio Mensal do Programa de Desinstitucionalização.	Alexandre Padilha	31/03/2022	Aguardando resposta de outro órgão	Marcelo Ramos		25/04/2022	1SECM	Remessa por meio do Ofício 1ºSec/RI/E nº 764/2022, ao Ministro da Saúde. Prazo para Resposta Externas (de 26/04/2022 a 25/05/2022)	https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2319127			
Câmara	RIC 169/2022	Requer ao Ministério da Cidadania informações a respeito do Edital de Chamamento Público nº 3/2022, visando à seleção de organização da sociedade civil que preste atendimento como Hospital Psiquiátrico, nas modalidades de internação, e/ou hospital-dia, e/ou ambulatório e/ou pronto atendimento, interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projetos de cuidado, tratamento e/ou reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, em ambiente hospitalar, e demais informações.	Alexandre Padilha	31/03/2022	Aguardando resposta de outro órgão	Marcelo Ramos		25/05/2022	1SECM	Recebimento de resposta conforme Ofício nº 6205/2022/GMMC, de 26 de maio de 2022, do Ministério da Cidadania.	https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2319128			
Senado	PL 642/2022	Acrescenta o art. 168-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a disponibilização de psicólogo em empresas que possuem cem ou mais empregados.	Rose de Freitas	21/03/2022	Encaminhado à publicação, em 21/03/2022.				PLEN		https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152279			
Senado	PL 3517/2019	Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.	Gerson Camata	07/12/2021	TRAMITAÇÃO ENCERRADA	Flávio Arns				Prazo para Resposta Externas (de 26/05/2022 a 24/06/2022)	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137302	Deliberação pelo Plenário		
Câmara	PL 1998/2020	Autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional.	Adriana Ventura	17/04/2020	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal			28/04/2022	MESA	Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS. Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 253/2022/SGM-P.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2249925	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário		
Câmara	PL 1704/2019	Institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto.	Julio Cesar Ribeiro	25/03/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Seguridade Social e Família	Flávia Morais		18/04/2022	MESA	Apense-se a este(a) o(a) PL-861/2022	https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2195164	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II	Direitos Humanos	Políticas para mulheres
Câmara	PL 1232/2022	Altera o artigo 12 da Lei 13.431 de 04 de abril de 2017 para inserir o inciso VII para fazer estabelecer a obrigatoriedade de um(a) psicólogo(a) na tomada de depoimento da criança ou adolescente e dá outras providências.	Alexandre Frota	12/05/2022	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)		CSSF	18/05/2022	CCP	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 19/05/2022.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2322969		Direitos Humanos	Criança e Adolescente ECA
Câmara	PL 1217/2022	Dispõe sobre a prioridade de matrícula e transferência em instituições públicas de ensino às crianças e aos adolescentes vítimas de violência.	José Nelto	11/05/2022	Apensado ao PL 2225/2021			17.05.2022	MESA	Parecer da relatora, Dep. Daniela do Waguinho, pela aprovação do Projeto de Lei 2225/2021 e do PL 1217/2022, apensado, com Substitutivo.	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2322739			
Câmara	PL 583/2011	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.	Pedro Paulo	23/02/2011	Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 478/2022/SGM-P			04/08/2022	MESA	Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 478/2022/SGM-P	https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/493361	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário	Direitos Humanos	
Câmara	PL 2033/2022	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar.	Câmara dos Deputados		PLEN - Plenário do Senado Federal Situação: APROVADA	Senador Romário	PLEN	29/08/2022	PLEN	Encaminhadas à publicação as Emenda nºs 1 a 3-PLEN. Retiradas as Emendas nºs 1 e 2-PLEN. (Encaminhado à publicação o RQS 642, de 2022) Preferido pelo Senador Romário o Parecer nº 268, de 2022-PLEN/SF, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 3-PLEN. Aprovado o projeto, nos termos do parecer, em turno único.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154313			
Senado	PL 2253/2022	ORIGEM NA CÂMARA PL 583/2011 Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.	Deputado Federal Pedro Paulo (MDB/RJ)	10/08/2022	AGUARDANDO DESPACHO		PLEN	10/08/2022	PLEN	Encaminhado à publicação, em 10/08/2022.	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154451			
Senado	PL 2258/2022	ORIGEM NA CÂMARA 252/2003 Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.	Senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)	10/08/2022	AGUARDANDO DESPACHO		PLEN	11/08/2022	PLEN	AGUARDANDO DESPACHO	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154456			